



J. FREITAS



JOSÉ CRUZ/ABR

Parlamentares entregam a Renan Calheiros requerimento pela CPI do Mensalão, enquanto Delcídio Amaral (D) e Serraglio assumem comando da CPI dos Correios

Congresso vai à luta contra a corrupção

O Congresso viveu uma das semanas mais explosivas dos últimos tempos, a começar pelo depoimento de Roberto Jefferson confirmando que deputados do PP e do PL receberiam um "mensalão" para votar a favor do governo. A CPI destinada a investigar denúncias de propina nos Correios foi instalada em meio a um embate entre governo e oposição. Mas há um ponto de consenso: a necessidade de combater com rigor as causas da corrupção.

PÁGINAS 3 A 6



MARCELLO CASAL JR./ABR



JOSÉ CRUZ/ABR

Na terça-feira, Roberto Jefferson confirma denúncias de propina. Na quinta-feira, o ministro José Dirceu deixa o governo e anuncia seu retorno à Câmara

cidadania

O perigo no céu: soltar balões é crime ambiental

Festas juninas estão associadas à condenável prática de soltar balões, um crime sujeito a detenção e multa. Os balões são perigosos porque não podem ser controlados. Eles representam riscos à aviação, provocam incêndios florestais e em áreas urbanas e podem danificar linhas de transmissão de energia.

PÁGINA 20

Governo adota medidas para salvar floresta, garante Marina

PÁGINA 13

Referendo sobre armas pode ser votado já

PÁGINA 9

Preço do boi cai no pasto e sobe nas prateleiras

PÁGINA 10

Deputados de Rondônia se dizem inocentes

Ouvidos por comissão do Senado, deputados estaduais negam cobrança de propina e dizem que fitas foram montadas.

PÁGINA 7

Siga Brasil: veja como se gastam os impostos que você paga

Mais novo portal do Senado, o Siga Brasil permite conhecer o que é feito com as contribuições e os impostos federais.

PÁGINA 8

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 17
FRASES	Página 17
VOZ DO LEITOR	Página 17
CONHEÇA O SENADO	Página 19

CPI DOS CORREIOS Estopim da crise, relações entre Marinho e Roberto Jefferson serão investigadas pela comissão

WILSON DIAS/ABR



Marinho foi flagrado em vídeo recebendo R\$ 3 mil, mas disse à Polícia Federal que o dinheiro se referia a pagamento de consultoria

"Mensalão" pode ser alvo de outra comissão mista

Enquanto o governo insiste em restringir a atuação da CPI dos Correios, ainda não está claro se a investigação das denúncias do deputado Roberto Jefferson serão objeto de outra CPI.

Para que não haja dúvidas de que a suposta existência de pagamento de mesadas a deputados será alvo de investigações parlamentares, a oposição já entregou ao presidente do Congresso, Renan Calheiros, requerimento para instalação da CPI Mista do Mensalão, com apoio de 205 deputados e 41 senadores. Na ocasião, Renan foi incisivo.

– Vou conversar com os líderes para decidir qual o melhor fórum, mas acho que não pode deixar de haver investigação. A sociedade não nos perdoará por isso – disse.

A CPI do Mensalão depende da leitura do requerimento em sessão do Congresso, o que acontecerá em breve, segundo Renan. Ele promete repetir os mesmos passos trilhados para a criação da CPI dos Correios, por entender que o requerimento que pede a investigação do "mensalão" atende aos requisitos constitucionais (fato determinado, número mínimo de assinaturas e prazo delimitado para investigação).

Para o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), os fatos estão atropelando os regimentos do Congresso. "A dinâmica dos fatos impõe dificuldades para

operacionalizarmos os fóruns adequados sem prejuízo das investigações", assinalou.

– Essa CPI dos Correios deve investigar o "mensalão" – previu o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM).

Nessa linha, Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu o entendimento para que haja apenas uma comissão. Mas se a CPI dos Correios investigar somente a estatal, assinalou, a do Mensalão terá que ser instalada. Ele discordou do argumento de Ideli Salvatti (PT-SC), de que para investigar denúncias contra

deputados, o instrumento adequado seria uma CPI na Câmara. Para ele, a denúncia é grave e precisa ser apurada.

– Ninguém sabe se não tem um senador no meio – disse.

Líderes do PFL pedem criação de comissão

Na quinta-feira, os líderes do PFL, deputado Rodrigo Maia (RJ) e senador José Agripino (RN), entregaram a Renan Calheiros pedido para criação de comissão para acompanhar as investigações conduzidas pela Polícia Federal.

– Nada melhor do que o acompanhamento do Congresso para proteger o trabalho da Polícia Federal contra ingerências políticas – explicou Rodrigo Maia, acrescentando que a comissão pode colaborar para a evolução dos trabalhos da comissão de inquérito.

Ex-diretor da estatal será o primeiro a depor



Em meio à expectativa causada pela volta do ministro demissionário José Dirceu ao Congresso, a CPI dos Correios toma o primeiro depoimento nesta terça-feira, às 18h, quando será ouvido o ex-chefe do Departamento de Contratações da estatal Maurício Marinho, flagrado em vídeo recebendo R\$ 3 mil de supostos empresários. Nessa primeira fase de investigações serão ouvidos ex-dirigentes da empresa, como o ex-diretor de Administração, Antônio Osório Batista.

Para subsidiar os trabalhos, a CPI já recebeu o material reunido pela Polícia Federal (PF).

Marinho afirma no vídeo que há um esquema para arrecadação de recursos para o PTB, do qual

Osório (ex-deputado pelo PTB baiano) faria parte. O comando do esquema, diz Marinho, seria do presidente do partido, deputado Roberto Jefferson (RJ).

Mais tarde, em depoimento à PF, Marinho negou que teria aceitado suborno para facilitar participação em licitação. Ele disse que o pagamento se refere a uma consultoria prestada e que usou o nome de Roberto Jefferson de maneira inadequada. Para ele, não houve irregularidade.

No depoimento ao Conselho de Ética da Câmara, Roberto Jefferson disse que não indicou Marinho para o cargo, acusando-o de agir por conta própria. O deputado rechaçou a existência de esquema que envolva nomes escolhidos por ele em estatais. Membros da CPI avaliam que Marinho precisa deixar claro o relacionamento que teria com

Roberto Jefferson. Além disso, os senadores querem detalhes sobre como funcionaria o esquema, e as quantias envolvidas.

– É fundamental que o depoente apresente na CPI a essência das suas conexões com o PTB e com o governo – sintetizou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Para o deputado Rodrigo Maia (RJ), líder do PFL, Marinho deve ir além das fraudes na estatal.

– Ele tinha acesso a muita informação e pode explicar fatos ocorridos em outras diretorias – afirmou, lembrando que também há denúncias de irregularidades em licitações na Diretoria de Tecnologia. A revista *Veja* divulgou que o nome indicado pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN) para cargo na estatal foi vetado por conta de "uma licitação de interesse do PT" em andamento.

O que foi denunciado e o que será investigado

O suposto esquema de corrupção denunciado pelo deputado Roberto Jefferson e pela revista *Veja* funcionaria assim:

1. Aliados do governo fazem indicações para preenchimento de cargos em estatais, como os Correios. Entre suas funções, os ocupantes desses cargos de confiança arrecadam recursos para os partidos gastarem especialmente em campanhas eleitorais.

2. Nas estatais, os indicados montam esquemas para desviar recursos, por meio de licitações com cartas marcadas ou de dificuldades para liberação de pagamento. Propinas eliminam as dificuldades (muitas ou falhas contratuais etc.) e permitem a contratação de empresas.

3. Os recursos arrecadados nesses esquemas não passam por qualquer contabilidade e não deixam rastros bancários. São repassados diretamente para uso em campanhas eleitorais e para assegurar apoio ao governo na Câmara por meio do chamado "mensalão".

Oposição questiona o comando governista da CPI

O impasse durou uma semana e só foi decidido no voto. Na quarta-feira, os senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Maguito Vilela (PMDB-GO) foram eleitos, respectivamente, presidente e vice da CPI dos Correios. Receberam 17 votos contra 15 dados à chapa da oposição, do senador César Borges (PFL-BA) e do deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ). Delcídio indicou o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), outro aliado do governo, relator.

Para os líderes, a diferença apertada é sinal de que há disposição para aprofundar as investigações.

– Vamos punir culpados, sem execrar inocentes – avaliou Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Na posse, Delcídio disse que "vai apurar os fatos, doa a quem doer". Mas a oposição entende que a eleição do petista deu uma feição "chapa-branca à CPI".

O deputado Rodrigo Maia considerou que a composição da Mesa da CPI colocou os trabalhos sob suspeita, mas disse que a oposição não deve criar clima hostil.

– O senador Delcídio tem o apoio da oposição, desde que se investigue tudo – observou.

Os petistas também buscaram ressaltar que o embate inicial não

deve dar o tom dos trabalhos da CPI. O líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), afirmou que os trabalhos devem ser "ditados pela busca da verdade"; enquanto o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) observou que "não há motivos para divergências em relação aos processos da CPI".

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), reclamou que Delcídio não chamou a oposição para reunião com o relator na quinta-feira.

Em resposta, Delcídio disse que "houve um vacilo" por conta da falta de espaço. Ele garantiu que o trabalho será em conjunto com a oposição.

Segundo Delcídio, a CPI terá "seis braços técnicos": a Polícia Federal, o Banco Central, a Receita Federal, a Consultoria Jurídica, a assessoria financeira e comercial, e o Tribunal de Contas da União. De acordo com a proposta de sistematização dos trabalhos da CPI, o recesso parlamentar previsto para julho não vai prejudicar as investigações.

Até sexta-feira, a secretaria da CPI já havia recebido mais de 140 requerimentos de convocações e de quebra de sigilo de partidos, empresas e pessoas denunciadas.



José Agripino

Como devem ser as investigações segundo:

O requerimento de criação da CPI dos Correios:

*As irregularidades denunciadas pela revista *Veja* que envolvem os Correios e outras estatais devem ser investigadas.*

O parecer aprovado pela CCJ da Câmara sobre a constitucionalidade do requerimento de criação da CPI:

Apenas os Correios devem ser investigados. Para valer, o parecer deve ser ratificado pelo Plenário da Câmara.

A oposição:

"Se nos depararmos com informações de que o "mensalão" era subsidiado com dinheiro dos Correios, não há como a CPI deixar de investigar" - Líder do PFL no Senado, José Agripino (RN).

O presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS):

"Pelo depoimento de Roberto Jefferson, não há relação entre as denúncias. Temos de nos basear em outras audiências para saber se há relação."

O presidente do Conselho de Ética da Câmara, deputado Ricardo Izar (PTB-SP):

As investigações devem ser unificadas. "Há duplicidade de ações na condução atual."

O presidente do Senado, Renan Calheiros:

"Não vejo como investigar um fato e não investigar o outro."

CPI DOS CORREIOS Avaliação é que depoimento de Roberto Jefferson abalou imagem do governo e do Legislativo

Investigação preserva o Congresso



A postura altiva do deputado e presidente licenciado do PTB, Roberto Jefferson (RJ), durante seu depoimento na Comissão de Ética da Câmara, teve o poder de agravar a situação do Planalto e de sua base de sustentação no Congresso. A avaliação foi feita tanto por líderes do governo quanto da oposição. A partir de então, a necessidade de investigar tudo ficou ainda mais clara no Legislativo.

As provocações e denúncias de Roberto Jefferson abalaram a imagem do Congresso de tal modo que governistas admitiram ser impossível deter o escândalo.

– A situação chegou a um ponto que essa lavagem pública de roupa suja me deixou preocupado – confidenciou um petista ao **Jornal do Senado**.

Depois do depoimento, um dos principais alvos do presidente licenciado do PTB, José Dirceu, deixou a Casa Civil, abrindo caminho para uma ampla reforma ministerial. O próprio presidente Lula afirmou que o depoimento tornou a “crise política muito mais grave”.

Para o líder do PFL, senador José Agripino (RN), a falta de he-

sitação e os detalhes contados por Roberto Jefferson aumentaram a impressão de que o deputado não está mentindo. No Conselho de Ética, continuou Agripino, “foram protagonizadas cenas de degradação política explícita”.

Por conta do episódio, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) vê a credibilidade do Legislativo em seu momento mais baixo.

– Não podemos reclamar da posição horrível diante da opinião pública. Depois do que se viu, essa avaliação é mais do que merecida – emendou o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Para o senador José Jorge (PFL-PE), o depoimento de Roberto Jefferson foi “direto, claro e objetivo”. Já o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que o deputado “só disse verdades”.

O episódio de terça-feira também gerou reações fora da Praça dos Três Poderes. Em nota oficial, a Associação dos Juizes Federais (Ajufe) reivindica uma investigação que “apure com todo o rigor e que puna os culpados exemplarmente”, além de ressaltar a necessidade de combater práticas como o nepotismo.

– O depoimento de Roberto Jefferson foi apenas o primeiro round – relativizou o presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral (PT-MS).



Roberto Jefferson admitiu que teria recebido R\$ 4 milhões como parte de acordo feito com o PT

Deputado confirma acusações na Câmara

Pivô da crise instalada na Esplanada dos Ministérios, o deputado Roberto Jefferson reafirmou na terça-feira, no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, as denúncias feitas ao jornal *Folha de S. Paulo*. Apesar de não trazer as esperadas provas materiais, o deputado apresentou nomes e detalhes de como o PT faria o pagamento de mesadas de R\$ 30 mil a deputados do PP e do PL em troca de apoio ao governo, o chamado “mensalão”. Ele ofereceu ainda pistas de como as provas do que disse podem ser encontradas (*veja quadro*).

Entre os acusados de fazer parte do esquema do “mensalão”, o presidente licenciado do PTB apontou os deputados Val-

demar Costa Neto (PL-SP), Pedro Corrêa (PP-PE), Pedro Henry (PP-MT), Carlos Rodrigues (PL-RJ), José Janene (PP-PR) e Sandro Mabel (PL-GO). Entre os operadores do esquema no PT, Roberto Jefferson apontou o tesoureiro Delúbio Soares e o secretário-geral Sílvio Pereira, além do ministro demissionário da Casa Civil, José Dirceu.

– José Dirceu, se você não sair vai fazer réu um homem inocente – afirmou Roberto Jefferson, em referência a Lula.

O deputado identificou ainda que haveria uma “blindagem” em torno do presidente, para impedir que Lula fosse informado das denúncias mais cedo. Ele relatou que no ano passado procurou ministros e outras auto-

ridades para denunciar o “mensalão”, mas só teria conseguido alertar o presidente este ano.

Jefferson admitiu que recebeu R\$ 4 milhões como parte de acordo feito com o presidente do PT, José Genoíno, para financiamento de campanhas eleitorais do PTB nas eleições municipais de 2004. Ele confessou, no entanto, que os recursos não foram contabilizados pelos partidos, como determina a lei.

No dia seguinte ao depoimento, por escrito, Roberto Jefferson prometeu entregar documentos relativos a contratos superfaturados ou licitações ilegais nos Correios, na Valec Engenharia, no Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transportes, na Novadata e da Skymaster.

Conselho de Ética vai ouvir dez parlamentares

O Conselho de Ética da Câmara decidiu convocar dez deputados: Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO), Raquel Teixeira (licenciada, PSDB-GO), Miro Teixeira (PT-RJ) e José Múcio Monteiro (PTB-PE), além dos

seis acusados de envolvimento no “mensalão”. O presidente do conselho, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), confirmou que um deles será ouvido já nesta terça-feira.

O conselho ainda não decidiu

sobre a convocação de membros do Executivo.

Segundo o relator, deputado Jairo Carneiro (PFL-BA), o acusado terá direito a arrolar cinco pessoas para sua defesa. (**Com Agência Câmara**)

Pistas apontadas por Roberto Jefferson no depoimento ao Conselho de Ética

Banco Rural e Banco do Brasil

Roberto Jefferson sugere que a quebra do sigilo bancário dos saques superiores a R\$ 100 mil do Banco do Brasil e do Banco Rural entre 1º de março e 4 de junho de 2004 comprovaria o pagamento de R\$ 4 milhões do PT para financiamento de campanhas do PTB. Segundo ele, nas malas de dinheiro que recebeu havia maços com cintas identificadoras dos dois bancos.

Deputada Raquel Teixeira

A deputada do PSDB de Goiás teria sido abordada por Sandro Mabel (PL-GO), que teria oferecido R\$ 1 milhão para que ela trocasse sua legenda pelo PL. Ela já foi convidada a depor.

Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária de Marcos Valério

Em entrevista à revista *IstoÉ Dinheiro*, a ex-secretária do publicitário Marcos Valério afirmou ter visto altas quantias de dinheiro em espécie, além de apresentar uma agenda em que constam encontros do publicitário com deputados, membros do PT e do governo. A secretária negou essas afirmações no depoimento que deu à Polícia Federal.

Motorista da 311 Sul

Motorista citado por Roberto Jefferson, mantido no anonimato, teria transportado malas com dinheiro distribuído por membros do PP. O deputado apelou para que ele venha a público contar o que sabe.

Sigilo telefônico de Delúbio Soares

O tesoureiro do PT abriu mão dos seus sigilos bancário e fiscal, mas o senador José Jorge (PFL-PE) considera que é o sigilo telefônico que interessa às investigações.

Doleiros

Segundo Roberto Jefferson, ao negar o repasse de recursos prometidos pelo PT ao PTB, o ministro demissionário da Casa Civil, José Dirceu, teria dado como justificativa a prisão de doleiros pela Polícia Federal. De acordo com o deputado, Dirceu teria declarado a ele que “a PF é meio tucana” e que a prisão de 62 doleiros estaria dificultando a entrada de dinheiro no país.

Decisão do STF pode levar à instalação da CPI dos Bingos

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve finalizar nesta quarta-feira o julgamento para definir se a CPI dos Bingos vai ser instalada. Criada em março de 2004, ela foi arquivada pelo então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). A notícia é do senador Pedro Simon (PMDB-RS), com base em declarações do presidente do STF, ministro Nelson Jobim, de que a matéria entraria na pauta da corte esta semana. Simon é autor de um dos mandados de segurança contra a decisão de Sarney de não indicar os integrantes da CPI em substituição aos líderes dos partidos.

A votação será retomada depois do pedido de vista do ministro Eros Grau, que interrompeu o julgamento em 4 de maio.

Na ocasião, os quatro ministros que se pronunciaram já haviam seguido o voto do relator, ministro Celso de Mello, para quem o presidente do Senado deve indicar os membros da CPI



Nelson Jobim informou que STF julga recurso sobre a CPI dos Bingos nesta quarta-feira

caso os líderes não o façam.

Segundo Celso de Mello, as CPIs são um direito que não pode ser contrariado por interpretação regimental diversa. Caso dois ministros tenham o mesmo entendimento, a comissão poderá ser instalada imediatamente, o que pode levar à convocação do ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz, acusado de ter cobrado propina do empresário dos jogos Carlinhos Cachoeira, além do ex-ministro José Dirceu.

CRISE Conforme o senador, o momento é propício para o presidente Lula montar um ministério "capaz e competente"

Simon diz que a hora é ideal para mudar ministério



O senador Pedro Simon (PMDB-RS) recomendou, na última sexta-feira, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva faça uma ampla reforma em seu governo após a saída do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. O momento, a seu ver, é propício para compor uma equipe "capaz e competente" para enfrentar os problemas nacionais.

– A hora da verdade é esta. É bom para o Brasil que Lula faça um bom governo e que, em 2006,

ele possa discutir com os outros candidatos os grandes problemas do país – afirmou Simon.

Para o senador, Dirceu ficará na História pela grandeza de seu gesto, feito antes mesmo da reforma ministerial, prevista para esta semana. Simon também pediu o imediato afastamento do ministro da Previdência, Romero Jucá, e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que respondem a inquéritos no Supremo Tribunal Federal.

Simon disse que o PT deveria aproveitar a crise para se reafirmar como partido da ética, como na época em que era oposição.

Ele pediu que os petistas observem o que ocorreu com o PMDB depois de 1986, quando ganhou as eleições em praticamente todos os estados. Três anos depois, recordou, o deputado Ulysses Guimarães recebeu "meia dúzia de votos" quando disputou a Presidência da República.

– Esse é um exemplo que deve servir para o PT, porque os votos obtidos por Lula já fazem parte do passado. A credibilidade e



FOTOS: CÉLIO AZEVEDO

Pedro Simon afirma que o PT precisa se reafirmar como o partido da seriedade

honorabilidade que tinha e tem é que estão em jogo – alertou.

Em apertados, os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Heráclito Fortes (PFL-PI) defenderam a indicação de Simon para o ministério. Ele admitiu ter sido sondado no começo do governo, mas respondeu que prefere ajudar

o presidente Lula da tribuna do Senado. Por outro lado, o senador sustentou que o momento é adequado para que Lula reúna uma equipe de qualidade em seu ministério, em vez de – como no início do mandato – chamar para o governo candidatos derrotados nas eleições.

Defesa de investigação isenta e ampla

“Nenhum membro da CPI vai acobertar coisa nenhuma para livrar a pele dos outros e trazer problemas para sua biografia ou história política.” O recado foi transmitido pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), vice-presidente da CPI dos Correios, ao rechaçar comentários de jornalistas e políticos de que, por ter como presidente e relator parlamentares da base do governo, a comissão seria “chapa-branca”.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) garantiu seu empenho para que o escândalo do “mensalão” não seja jogado para debaixo

do tapete. Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o Brasil enfrenta uma epidemia de corrupção e defendeu investigações.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) enfatizou a necessidade de que tanto as investigações sobre o “mensalão” como as dos Correios cumpram suas prerrogativas de apurar e de dar uma satisfação à sociedade. Demostenes Torres (PFL-GO) lamentou

que, embora tenha apresentado um “pacote anticorrupção” em 2003, até hoje os seus projetos não foram discutidos, entre os quais proposta visando cum-

primento integral de ao menos metade da pena. Leonel Pavan (PSDB-SC) reforçou cobrança para que CPI dos Correios faça “investigação séria” e puna todos os envolvidos.

Em defesa do governo, Sibá Machado (PT-AC) lembrou que a Operação Mãos Limpas, na Itália, para combater o crime organizado, prendeu 830 pessoas entre os anos 80 e 90, enquanto no governo Lula, em apenas dois anos e meio, já foram realizadas mais de 1.200 prisões de corruptos. Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu a permanência dos ministros do seu partido no governo. Falaram ainda sobre o tema Alvaro Dias (PSDB-PR), Marcelo Crivella (PL-RJ) e Efraim Morais (PFL-PB).

Serys promete empenho para que “mensalão” não seja jogado sob o tapete

Senadores cobram responsabilidade de Lula

Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou na sexta-feira que, se houve mesmo corrupção no governo, o presidente da República tinha pleno conhecimento do fato. Ela disse não acreditar “que José Dirceu ou Delúbio Soares [tesoureiro do PT] tenham dado um passo sequer sem a concordância e a autorização expressa do presidente Lula”.

– Ou são todos inocentes, ou são todos culpados – enfatizou.

Para Heloísa, é impossível imaginar que Lula seja um fraco, “um pau-mandado”, e que ele tenha sido iludido por integrantes do governo. A senadora reconhece no presidente a maior liderança popular da América Latina e disse não acreditar que uma figura de tal porte possa ter sido enganada tão facilmente.

Heloísa manifestou inteira confiança na comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) destinada a investigar denúncias de corrupção nos Correios. A seu ver, a CPI conseguirá aprofundar as investigações e expor todos os culpados de corrupção no governo, “apesar de ser chapa branca”, com maioria, presidente e relator provenientes da base de apoio ao governo.



CÉLIO AZEVEDO

Heloísa Helena reafirma confiança na CPI que apurará denúncias contra Correios

O senador Osmar Dias (PDT-PR) apelou para que o presidente Lula assuma o compromisso de não disputar a recondução ao cargo. Para ele, até a tensão entre o Executivo e o Legislativo diminuiria se Lula tomasse essa decisão.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que seu partido nunca cogitou a hipótese de defender o *impeachment* do presidente. “A população é que deve decidir nas eleições sobre a continuidade do governo”, declarou, frisando que um hipotético processo de destituição do presidente teria desfecho após as próximas eleições.

Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que as acusações que pesam sobre o governo

são mais graves do que aquelas que resultaram no *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.

Agripino: governo terá dificuldades

Em entrevista à imprensa na sexta-feira, o líder do PFL, senador José Agripino (RN), afirmou que o governo enfrentará dificuldades durante as investigações da CPI dos Correios com a saída de José Dirceu do cargo de ministro-chefe da Casa Civil. Na opinião do senador, Dirceu entrará agora em “rota de colisão” com aqueles que também serão investigados pela CPI.

– O governo federal terá dificuldades em acertos políticos, em recuperar entendimentos, vai claudicar, vai cometer equívocos pelo fato de o homem que era a memória do partido estar fora do governo e estar desprezado. Que ninguém se iluda. Por mais que se diga que a relação de José Dirceu com o Planalto continua boazinha, não está, não. Está maculada e fortemente abalada – previu José Agripino.

Senadores analisam a saída do ministro da Casa Civil

Ao comentar o anúncio da saída do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto (AM), disse que a cena da despedida do ministro causou nele grande impacto.

– Aquela cena foi inusitada. Mais parecia a renúncia de um presidente da República do que a demissão de um ministro de Estado. Será que era razão para festa? – indagou.

Virgílio afirmou ainda que recebe José Dirceu no Congresso como um adversário político: “Cada um na sua trincheira, numa luta democrática, sob a égide da discussão”.

Para o senador Delcídio Amaral (PT-MS), Dirceu é muito bem-vindo na volta ao Congresso e, em razão da liderança que exerce, será de grande importância para o PT e para o governo.

– Gostaria também de apresentar o apoio de toda a nossa bancada ao presidente do PT, José Genoíno. Que ele receba nosso carinho, nosso apreço e nossa admiração pela sua história de homem público – ressaltou.

No mesmo discurso, Delcídio lembrou que os trabalhos da CPI dos Correios, a qual preside, estão apenas começando – daí por que ele não pode fazer ilações sobre o envolvimento das irregularidades ali investigadas com as referentes ao pagamento de supostas mesadas a deputados.

Referindo-se à fotografia em que aparecem só governistas na primeira reunião da CPI, ele disse que esse foi um gesto tão inocente que não pode ser condenado. Conforme explicou, ele ofereceu sua própria sala para essa primeira reunião por



Virgílio: despedida de Dirceu mais parecia renúncia de um presidente da República

ficar perto das salas das comissões. E anunciou medidas para que isso não mais aconteça.

– Foi um vacilo, mas por falta de experiência. Estamos já tomando as providências para que a CPI tenha uma sala.

Também o senador Tião Viana (PT-AC) manifestou solidariedade ao deputado licenciado José Dirceu por sua saída do cargo de ministro da Casa Civil do governo Lula.

Tião Viana disse que Dirceu volta à Câmara para defender o PT e o governo das acusações feitas pela oposição.

Em aparte, Marcelo Crivella (PL-RJ) assinalou que o autor das denúncias contra Dirceu, deputado Roberto Jefferson, é um “manipulador de cargos públicos para defesa de interesse próprio”.

Por sua vez, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou Tião Viana por ter chamado a atenção do governo para tomar atitudes em relação à crise. Já o senador Heráclito Fortes (PMDB-PI) criticou o ministro demissionário.

– José Dirceu jogou um cesto de pedras para cima e esqueceu de sair de baixo – observou.

Delcídio e Tião Viana manifestaram solidariedade a José Dirceu

CRISE Cresce apoio à reformulação das regras eleitorais, mas há divergências quanto à dimensão das mudanças

Momento é oportuno para reforma política



O café da manhã promovido pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Severino Cavalcanti, com os líderes partidários do Congresso para discutir a reforma política revelou que, mais que nunca, há consenso de que o momento é propício para votar as mudanças necessárias na legislação político-eleitoral. Mas não há consenso sobre a maneira de fazer a reforma: há quem defenda uma reforma profunda agora, e outros, como o presidente do Senado, que propõem uma mudança gradual.

Para Renan, se for necessário, em uma primeira etapa, a partir das eleições de 2006, seriam aprovadas medidas para impor a fidelidade partidária, fim da verticalização (obrigação de repetir nos estados as coligações nacionais) e autorizar o funcionamento de federações de partidos que não recebam pelo menos 5% dos votos para a Câmara. Outras medidas, como o financiamento público de campanha e as listas fechadas para eleições proporcionais, seriam implantadas gradativamente até 2008.

O líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB), porém, lembrou que há líderes querendo reforma integral já nas eleições do próximo ano, como o presidente da comissão da Câmara que analisou o tema, deputado Alexandre



Para Suassuna, aprovação de reforma parcial ou integral divide os congressistas. "Será um dilema a ser resolvido no voto"

Cardoso (PSB-RJ).

– Esse vai ser um dilema para ser resolvido no voto – previu Suassuna.

Depois do encontro, na residência da Presidência da Câmara, Severino definiu prazo de dez dias para que o projeto da reforma política seja colocado em votação no Plenário. Ele anunciou que vai conversar urgentemente com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), para apressar a votação dos projetos da reforma política. O substitutivo do deputado Rubens Otoni (PT-GO) está pronto para votação na comissão desde o ano passado.

– Marcar a data da votação da reforma política para daqui a dez dias é uma decisão importante e fundamental. Se for necessário

fatiar, fatie-se, mas mantenha-se a reforma digna desse nome, que mexa no processo de votação, implante a lista partidária, acabe com essa excrescência que é a verticalização, fortaleça a Federação e os partidos, a fidelidade partidária e, ao final, aprove o financiamento público das campanhas – completou Renan.

Renan e Severino participaram de reunião em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu prioridade para o assunto no Congresso. Manifesto Contra a Corrupção e pela reforma política, assinado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Paulo, Força Sindical e outros representantes da sociedade civil, além do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Edson Vidigal, foi entregue a Renan na semana passada.

Crise afeta imagem das instituições, diz Capiberibe

O senador João Capiberibe (PSB-AP) classificou a atual conjuntura do país como um momento político de crise, em virtude das recentes denúncias de corrupção nos Correios e do "mensalão". Para o senador, os últimos acontecimentos afetam a imagem das instituições nacionais.

Capiberibe disse que cresce entre a população um sentimento de descrença e revolta contra o Estado e o sistema representativo. Na opinião do senador, há descrédito generalizado das instituições democráticas, e não apenas deterioração da imagem dos políticos. Capiberibe acredita que as "práticas políticas nefastas" aparecem em várias partes do Estado, tanto nas esferas federal, municipal e estadual quanto nos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

O senador entende que a crise pode ser encarada como oportunidade para que se rediscuta a reforma do Estado, a reforma política e a transparência das contas públicas, função dos congressistas.

Heloísa: reforma partidária é usada para iludir a sociedade

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que, assim como a crise política começou a ficar séria, governo e partidos aliados "sacaram com rapidez" a reforma partidária, "numa tática para ludibriar a opinião pública". Ela sustentou que a reforma não é "a panacéia que irá resolver todos os males da estrutura política nacional".

– A reforma pode impedir o aprofundamento das investigações de corrupção. A reforma política é necessária, mas é bom

lembrar que tudo que foi denunciado já é considerado crime pela nossa legislação – observou.

Heloísa disse que as pessoas a questionam se o Congresso "tem autoridade moral" para fazer uma reforma política antes de esclarecer todas as denúncias.

– Como ficam as votações feitas pelo Congresso Nacional? Já estão sob suspeita todas as votações realizadas, porque se deram com parlamentares vendidos e governo comprando – manifestou.

Mudanças não podem impedir investigações da corrupção, diz a senadora

Acusação contra Delcídio será apurada

As acusações de que a gestão do senador Delcídio Amaral (PT-MS) na Diretoria de Gás e Energia da Petrobras teria causado prejuízos à estatal, como publicou o jornal *O Estado de S. Paulo*, devem ser esclarecidas na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Com essa convicção, o presidente da comissão, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), apresentou na sexta-feira requerimento, apoiado por outros senadores, para que o presidente da estatal, José Eduardo Dutra, e o atual diretor de Gás e Energia, Ildo Sauer, prestem informações na comissão sobre o caso. Heráclito espera que a audiência seja realizada na quinta-feira.

O jornal afirma que o líder do PT e presidente da CPI dos Correios foi o responsável pela elaboração de contratos com termoeletricas controladas por companhias americanas, que teriam causado prejuízo de pelo menos R\$ 2 bilhões à Petrobras.

Na tribuna, Delcídio rebateu as acusações e pediu ao presidente da República que aproveite as mudanças ministeriais para demitir Sauer, acusado pelo senador de ter "plantado" a notícia na imprensa.

– Esse fogo amigo, neste momento, mostra claramente que os maiores adversários nossos não são da oposição, mas do próprio PT. Trabalhar desse jeito é impossível – ressaltou Delcídio, que fez questão de assinar o



Delcídio assinou pedido de esclarecimentos ao presidente da Petrobras

requerimento de Heráclito.

Segundo Delcídio, os três projetos vinham sendo implantados desde 1996, antes de sua passagem pela diretoria da companhia. Os contratos que foram projetados em um período de racionamento de energia, continuou, previam a renegociação pela Petrobras. O senador disse que é um engenheiro sério e não aceita essa "moleçagem".

– A nova diretoria assumiu o comando num cenário diferente, mas só renegociou os contratos agora. E sou eu o culpado pelo prejuízo? – reagiu.

Os senadores Tião Viana (PT-AC), Mão Santa (PMDB-PI), Heráclito Fortes, Pedro Simon (PMDB-RS), José Agripino (PFL-RN), Cristovam Buarque (PT-DF), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Efraim Morais (PFL-PB) e Marcelo Crivella (PL-RJ) foram solidários ao líder do PT.

Para Garibaldi, mudança acabará com infidelidade

Ao voltar de viagem ao Rio Grande do Norte, seu estado natal, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) disse que ouviu dois recados do povo: que os deputados e senadores "sejam implacáveis" com os envolvidos nas denúncias e que o Congresso "resolva de

uma vez por todas o problema da corrupção" no país.

– O problema pode ser resolvido com uma reforma política e uma reforma do Estado, inclusive com a redução do número de ministérios. A reforma ajudará



Garibaldi Alves Filho

porque pode acabar com a infidelidade partidária e com o troca-troca de partido. Terá ainda o financiamento público de campanhas – manifestou.

Garibaldi lembrou que uma parte das mudanças já foi aprovada pelos senadores, mas os projetos estão parados na Câmara.

– Havia urgência, mas o PT pediu para parar a reforma – observou, acrescentando que a paralisia do Congresso, por causa das MPs, é outra reclamação.

Proibição do "dízimo" vai a votação

A contribuição mensal dos filiados de partidos que ocupam cargos na administração pública, prática conhecida como "dízimo", vai ser discutida esta semana pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O primeiro item da pauta da CCJ deve ser o projeto do senador José Jorge (PFL-PE) que proíbe a cobrança (PLS 384/03), como anunciou o presidente da comissão, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

O "dízimo", prática adotada pelo PT, já foi questionado pelo Tribunal Superior Eleitoral

(TSE), que decidiu pela inconstitucionalidade da contribuição. O estatuto do partido determina o desconto em folha de percentuais dos salários dos filiados com cargos eletivos e de confiança, que variam de acordo com a posição de cada um.

Na opinião de José Jorge, a decisão do TSE é mais uma justificativa para a aprovação do seu projeto. Segundo ele, o "dízimo" é uma forma de "uso da máquina pública pelo partido político".

– O partido não pode cobrar percentuais

dos salários dos filiados só porque ocupam cargo de indicação política. Isso é perigoso, abre caminho para a corrupção, é injusto com os outros partidos e favorece o partido que está no poder. O próprio TSE concorda com isso – argumentou José Jorge.

Para o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a contribuição é direito de cada cidadão e, por isso, "não há como ser proibida". A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) lembrou que os filiados são consultados sobre a contribuição e concordam com ela.

CORRUPÇÃO

Deputados de Rondônia negam cobrança de propina

Seis deputados estaduais de Rondônia ouvidos pela comissão especial externa do Senado que examina denúncias de corrupção naquele estado negaram as acusações de cobrança de propinas ao governador Ivo Cassol. De acordo com denúncia veiculada pelo programa *Fantástico*, da TV Globo, dez deputados cobraram do governador R\$ 50 mil para garantir a governabilidade do estado. Os depoentes alegaram que as fitas de vídeo mostradas no programa foram editadas e montadas.

A comissão especial reservará a terça e a quarta-feira para que os senadores assistam a fitas gravadas com as denúncias. Na quinta, será realizada, às 10h, audiência pública com os demais deputados estaduais implicados. O governador Ivo Cassol deverá ser ouvido pelos senadores no dia 28. O deputado Marcos Donadon (PMDB), que deveria depor na quinta-feira, justificou a ausência e deverá comparecer à comissão nesta semana.

Segundo Ronilton Capixaba (PL), os deputados solicitaram do governador somente a liberação de emendas de parlamentares, da ordem de R\$ 1 milhão, e o preenchimento de alguns cargos na administração pública.

– O conteúdo das fitas exibidas na televisão não corresponde ao que vi e ouvi durante as reuniões dos deputados com o governador. Nem o objetivo, nem a finalidade dos encontros foram preservados. Não creio ter sido a TV Globo a responsável pela montagem, acredito mais ter sido o próprio governador Ivo Cassol quem adulterou as fitas – afirmou Ronilton Capixaba ao senador Amir Lando (PMDB-RO).

Leudo Buriti (PTB) declarou que nunca participou de reunião entre deputados e o governador,

Parlamentares alegaram que as fitas de vídeo foram "manipuladas"

mas, na qualidade de presidente da comissão especial da Assembléia Legislativa de Rondônia criada para investigar os fatos, teve acesso às gravações originais.

– O material completo está muito distante do que foi exibido pela TV Globo. Itens foram pinçados e o resultado saiu bem diferente. Há, na Polícia Federal, várias coleções de nove ou dez fitas VHS, que vieram do Ministério da Justiça, do Ministério Público e da própria Assembléia Legislativa. A PF está periciando as fitas – relatou.

A deputada Ellen Ruth (PP) afirmou que o seu pedido de R\$ 50 mil, exibido na reportagem, se referia a emendas de dois deputados de Porto Velho que

não conseguiram se reeleger.

– Não fui à casa do governador Ivo Cassol para ficar na fila, na calçada. Disse que precisava ter as minhas emendas, que nem eram minhas, mas de outros deputados não reeleitos, para poderem ser utilizadas por prefeitos de minha região – explicou a deputada.

Em relação à sugestão ao governador de superfaturar obras de postos de vigilância visando obter recursos para pagar as propinas exigidas pelo grupo de dez parlamentares, ela se defendeu dizendo que sua proposta era apenas de redução do número de postos a serem construídos. Ellen Ruth também acusou a TV Globo



Sibá Machado ouve a deputada Ellen Ruth. Ela alegou que o pedido de R\$ 50 mil se referia a emendas de deputados ao Orçamento estadual

de ter editado e manipulado as imagens.

Os deputados Emílio Paulista (sem partido) e Daniel Néri (PMDB) deram depoimentos semelhantes aos predecessores, garantindo que ninguém estava exigindo propina de R\$ 50 mil, apenas reivindicando liberação de emendas orçamentárias e pedindo o preenchimento de cargos na administração pública. Eles também

afirmaram que as fitas exibidas na TV foram manipuladas.

O deputado Chico Paraíba (PMDB) prometeu renunciar ao mandato caso fique comprovado qualquer fato que desabone sua conduta, como solicitação de propina ao governador do estado. Os depoimentos de mais dois deputados acusados – João da Muleta (PMDB) e Kaká Mendonça (PTB) – foram adiados.

Comissão realiza duas sessões secretas

Na quinta-feira, mais dois deputados estaduais – Edison Gazoni (PDT) e Chico Doido (PSB) – negaram as acusações. Gazoni disse que teve encontros com o governador, mas “não para negociar emendas”. Ele garantiu que jamais autorizou o deputado Ronilton Capixaba a fazer qualquer negociação em nome dele.

Chico Doido afirmou que fazia parte do grupo que apoiou a eleição de Carlão de Oliveira (PFL), mas que não sabe nada de “pagamento por votos” para composição da Mesa. Ele disse que nunca participou de conversações sobre a questão e lembrou que votou mais “contra do que a favor” do governador. O depoimento do deputado

Edézio Martelli (PT), relator da comissão da Assembléia Legislativa que investiga o caso, foi realizado em sessão secreta. O deputado alegou ter revelações a fazer que não gostaria de divulgar naquele momento. O presidente da Assembléia Legislativa, Carlão de Oliveira, também falou à comissão em caráter reservado.

CCJ aprova mudança na lei que prevê punição para compra de voto

A lei que pune a compra de votos, originária de uma iniciativa popular já aprovada pelo Congresso, deve ser alterada. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, na quinta-feira, projeto que determina que as denúncias de compra de votos passam a valer no período entre a convenção partidária e os 60 dias que se seguem às eleições (PLS 76/03).

Atualmente, a compra de votos só pode ser punida a partir do registro das candidaturas. O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), autor do projeto, argumenta que alguns candidatos “aproveitam o lapso temporal entre a convenção e o registro para efetivarem a malfada compra de votos”.

Por outro lado, a proposta fixa um prazo final para a apresentação das ações, o que não está definido pela legislação atual, em que as denúncias podem ser apresentadas a qualquer momento. A alteração, de acordo com o relator da matéria, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), dará “estabilidade” ao mandato

do político. Valadares também defendeu fixação de prazo, argumentando que, “entre a convenção e o prazo final, há mais de sete meses para que a denúncia seja feita”.

O texto aprovado determina ainda que os efeitos das decisões podem ser suspensos pelos tribunais eleitorais até um resultado final. Esse ponto é o mais criticado pelas organizações sociais que se mobilizaram pelo projeto, primeira proposta de iniciativa popular transformada em lei pelo Congresso.

Para Valadares, as críticas apontam falta de esclarecimento, pois, na lei, apenas se determina uma jurisprudência já utilizada pela Justiça e deixa ao juiz a função de atender ou não ao pedido de suspensão.

Zona Franca pode mudar de nome

Outro texto aprovado pela CCJ foi a proposta de emenda à Constituição de Arthur Virgílio (PSDB-AM) que denomina “Pólo Industrial” a Zona Franca de Manaus.

Foram apresentadas duas emendas ao texto. A primeira, de Valadares, estabelece que a mudança não altera os benefícios tributários e as finalidades originais do local. A segunda,



Valadares: mudança elimina lacuna que tem permitido violações à lei federal

de Amir Lando (PMDB-RO), determina que os recursos arrecadados pelo órgão gestor do Pólo Industrial de Manaus sejam aplicados, obrigatoriamente, em ações necessárias ao desenvolvimento da região.

Entidades criticam mudanças propostas pelos senadores

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgaram nota contrária a dois pontos do projeto aprovado pela Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ): a definição de prazo para a apresentação de denúncias de compras de votos e a determinação de que os efeitos da decisão judicial possam ser suspensos por liminar até o fim do processo.

Embora reconheçam que o projeto é positivo ao determinar a existência do crime a partir das convenções partidárias – atualmente ele só existe depois do registro da candidatura –, as instituições afirmam na nota que as mudanças propostas pelo senador Antônio Carlos Valadares vão “retirar a pronta eficácia da Lei Eleitoral, criando con-

dições para abusos por parte dos candidatos”.

A Associação Nacional dos Procuradores da República também divulgou nota contrária ao projeto aprovado pela comissão do Senado.

De acordo com Valadares, as críticas das instituições têm caráter político. O senador fez questão de ressaltar que o projeto foi discutido em audiência pública com a participação de representantes da OAB, da CNBB e do ministro Nelson Jobim. Na ocasião, recordou, os três representantes se mostraram favoráveis à proposta.

Cláudio Abramo, diretor-executivo da Transparência Brasil, organização de combate à corrupção, ficou insatisfeito com o resultado da votação da proposta.

O limite de 60 dias após o pleito para que a denúncia seja feita é uma “prescrição branca”, criticou Cláudio Abramo. Ele condenou também o fim do rito sumário, que, segundo ele, eram “os dentes da lei”.

ORÇAMENTO Batizado de Siga Brasil, novo portal do Senado mostra pela Internet como impostos são aplicados

Gastos federais sob controle popular

A pontado como instrumento poderoso para promover o controle social dos orçamentos públicos, o mais novo portal do Senado, o Siga Brasil, teve seu acesso aberto ao público na semana passada, depois de seis anos de desenvolvimento e testes para torná-lo acessível aos que não estão familiarizados com os jargões orçamentários.

O Sistema de Informações Orçamentárias Gerenciais Avançadas, batizado de Siga Brasil, permite ao cidadão conhecer o que é feito com as contribuições e os impostos que paga aos cofres federais. Basta entrar na página do Senado na Internet, pelo endereço www.senado.gov.br/siga, e clicar no ícone de acesso livre.

Lá podem ser encontradas algumas consultas facilitadas. Por exemplo, saber como estão sendo feitos os gastos do governo nos seus programas sociais, como o Fome Zero, ou a execução das



Serys (ao centro, entre consultor Fábio Gondim e Efraim Moraes) diz que grande desafio agora é popularizar o novo sistema de consulta orçamentária

emendas parlamentares. Mas o cidadão pode também formular a sua própria pesquisa.

— É um portal que oferece o poder de fiscalizar os gastos públicos — resume o senador Efraim Moraes (PFL-PB), 1º secretário do Senado. O projeto chega ao público, acrescenta, quando denúncias de corrupção e os debates políticos ocupam a imprensa.

“Foi uma feliz coincidência”, avalia Efraim. O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), considera o Siga Brasil um dos projetos mais avançados do mundo para controle e fiscalização do governo.

Resultado de parceria entre a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Se-

nado (Conorf) e a Secretaria Especial de Informática (Prodasen), o Siga Brasil utiliza tecnologias de ponta — como Business Intelligence (BI) e Data Warehouse (DW) — para integrar e consolidar bases de dados dos principais sistemas orçamentários federais, como o do Tesouro Nacional — Siafi — e o da Secretaria de Orçamento Federal — Selor.

Concebido inicialmente para atender aos técnicos da Casa, como lembra Fábio Gondim, chefe da Conorf, sua versatilidade e caráter inovador mostraram que poderia se tornar instrumento importante para dar transparência aos orçamentos federais. Assim, foi preparado paulatinamente para ser aberto ao grande público. Segundo o diretor do Prodasen, Petrônio

Carvalho, o Siga Brasil é dinâmico e pode incorporar novas bases de dados, ampliando as possibilidades de pesquisa.

O desafio, na visão da senadora Serys Shlessarenko (PT-MT), é popularizar o Siga Brasil. Segundo o presidente da Associação Brasileira de Orçamento Público (Abop), Antônio Amado, a maior parte da população desconhece os orçamentos federais, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), mas sabe muito bem identificar os problemas que envolvem os recursos públicos.

A Abop, que estimula a participação da sociedade nas questões orçamentárias, deve incluir o sistema em seus cursos de capacitação. Outro apoio vem da Transparência Brasil, organização fundada por empresários e entidades civis para combater a corrupção. Seu presidente, Eduardo Capobianco, já se comprometeu a dar ampla divulgação ao Siga Brasil.

O novo sistema permite ao cidadão acessar informações sobre os recursos destinados aos programas sociais, como o Bolsa Família. No exemplo acima, destaques para o valor autorizado no Orçamento e o valor pago até 2 de junho. O acesso foi feito no dia 16 de junho.

Experiência do Amapá deu certo, diz Capiberibe

Uma fundação estadual de cultura que gasta recursos do contribuinte com o adestramento “físico e mental” de cães é sinal de que algo está errado. Mas foi o que aconteceu há dois anos no Amapá, quando foram gastos R\$ 6 mil dos minguados cofres da fundação.



João Capiberibe

Identificar irregularidades de pequena monta como essa só foi possível porque desde 2001 implantou-se um sistema simples de acompanhamento pela Internet das notas de empenho dos órgãos públicos do Amapá. O portal também permitiu que chegasse à imprensa, no mesmo ano, caso de compras superfaturadas de soro fisiológico e glicosado no valor de R\$ 748 mil.

O projeto Transparência, como

ficou conhecido, deu tão certo que seu idealizador, o senador João Capiberibe (PSB-AP), à época governador do estado, resolveu ampliar a experiência para âmbito nacional. O projeto de lei complementar que apresentou foi

aprovado em novembro do ano passado pelo Senado. A proposta tramita na Câmara (PLP 217/04) e o relator na Comissão de Finanças e Tributação, deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), deve apresentar parecer favorável, como informou o senador.

Capiberibe diz que há negociações na Câmara para que o projeto “que previne a corrupção” vá direto ao Plenário. A proposta fixa prazos diferenciados para que os municípios implantem o sistema.

Comissão pode terminar sem proposta para mudar orçamentos

Sem conseguir superar as divergências entre senadores e deputados em torno do número de emendas de bancada e de regras para a partilha de recursos depois de atendidos os pleitos individuais dos parlamentares, a comissão mista temporária de reformulação do processo orçamentário pode concluir os seus trabalhos nesta semana sem votar uma proposta final.

A última versão do relatório do deputado Ricardo Barros (PP-PR) poderá ser encaminhada ao presidente do Congresso, Renan Calheiros, que decidirá se constitui ou não um novo grupo de trabalho para avaliar as sugestões e formular o projeto que será submetido ao Plenário, para substituir a Resolução nº 1, de 2001, que disciplina a tramitação dos orçamentos

federais e o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento.

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) disse que haveria uma última tentativa de entendimento nesta terça-feira. Se não houver acordo, e como há ameaça de verificação de quórum, a decisão pode ficar com Renan Calheiros. Presidente da comissão, Bezerra lembrou que ela foi criada apenas para sugerir uma proposta à Mesa do Congresso e que sua vigência se esgotou em maio.

As turbulências políticas da semana passada emperraram as negociações. Os senadores querem assegurar maior participação da Casa na elaboração do Orçamento, enquanto os deputados relutam em aceitar o acréscimo de emendas de bancada, de 15 a 20, para 18 a 23.

Turbulências políticas da semana dificultaram entendimentos

Investimentos de projeto-piloto acertado com FMI estão emperrados

Não decolaram até agora os investimentos em infra-estrutura de R\$ 2,8 bilhões, para este ano, do chamado “projeto-piloto” acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2004. Apenas 0,23% do total — R\$ 6,5 milhões — foi aplicado pelos ministérios, e somente em maio.

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, forneceu um esclarecimento importante para isso em audiência na Comissão Mista de Orçamento na quarta-feira. As exigências para alcançar o melhor qualidade no gasto público, em função dos requisitos acertados com o FMI, explicam, segundo ele, os atrasos nesses investimentos, cujos valores empenhados até abril chegaram a R\$ 516,2 milhões (18,4% do total orçado).

Levy confirmou que o superávit primário

(receitas menos despesas, excluído o pagamento dos juros da dívida pública) atingiu 7,3% do PIB no primeiro quadrimestre, superando em R\$ 5,9 bilhões a meta de R\$ 27 bilhões. Mesmo assim, os recursos foram insuficientes para saldar os juros da dívida pública no período, que consumiram R\$ 38 bilhões.

Diante do arrocho fiscal e do compromisso do governo de limitar o peso dos tributos administrados pela Receita Federal a 16% do PIB em 2006, entidades civis pressionam o deputado Gilmar Machado (PT-MG), relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a direcionar parte do “excesso” do superávit a programas sociais. Ele já admitiu que poderá aceitar a proposta do Fórum Brasil de Orçamento.

Requisitos sobre qualidade nos gastos atrasam aplicações, justifica Levy

DESARMAMENTO



Brasil Sem Armas: Renan (terceiro à esquerda) participa de ato a favor de referendo, em São Paulo

Renan engajado na votação de referendo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que está fazendo o possível para que se vote ainda nesta semana, na Câmara dos Deputados, o projeto de decreto legislativo que estabelece a convocação de referendo sobre a proibição de venda de armas. Ele pediu à sociedade que se mantenha mobilizada contra a violência.

– Peço a todos que mantenham a mobilização e envolvam sindicatos de todo o Brasil nesta luta, na qual já estão engajadas também as igrejas – afirmou Renan, durante o evento Brasil Sem Armas, que classificou como um “exemplo a ser seguido” por outras cidades brasileiras ao longo dos próximos meses.

Promovido pelo Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, com o apoio da Força Sindical, o ato público, em São Paulo, contou com a presença dos deputados

João Paulo Cunha (PT-SP), relator do projeto na Câmara, e Luiz Antonio Medeiros (PL-SP), além do presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva.

Renan lembrou que 265 mil pessoas morreram por arma de fogo no Brasil entre 1991 e 2002, segundo levantamento feito pelo Núcleo de Estudos sobre a Violência da Universidade de São Paulo (USP), em conjunto com o Ministério da Saúde.

Com o objetivo de alterar este quadro, recordou, o Congresso já aprovou o Estatuto do Desarmamento. Mas a efetiva proibição da venda de armas, ressaltou, depende da realização do referendo. A campanha de desarmamento promovida pelo governo já retirou de circulação 330 mil armas de fogo desde agosto de 2004, informou Renan. E, apenas nos sete primeiros meses de vigência do estatuto, já caiu em 10,5%

o número de internações de pacientes vítimas de armas de fogo no Rio de Janeiro.

– Nos países onde se tiraram armas de circulação, registrou-se a diminuição da criminalidade – destacou.

Consulta deve ser em 23 de outubro

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Carlos Velloso, afirma que a data mais provável para a realização do referendo sobre a proibição da venda de armas é o dia 23 de outubro, caso a Câmara dos Deputados aprove até o fim deste mês o projeto que regulamenta a consulta. A afirmação foi feita em encontro com o presidente do Senado, Renan Calheiros, o relator do projeto na Câmara, deputado João Paulo Cunha, parlamentares e representantes de organizações não-governamentais.

JUDICIÁRIO

Instalado órgão de controle da Justiça

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou na manhã de terça-feira, no Supremo Tribunal Federal (STF), da solenidade de instalação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – órgão responsável pelo controle externo dos tribunais, criado pela Emenda Constitucional 45/04, que promoveu a reforma do Judiciário. Na cerimônia, o presidente do STF e também do CNJ, ministro Nelson Jobim, elogiou a atuação dos senadores José Jorge

Conselho não pode ter medo de críticas ou aplausos, afirma Nelson Jobim

(PFL-PE) e Edison Lobão (PFL-MA) em favor da criação do conselho.

Jobim acentuou a importância da composição plural do CNJ e a sua atuação na criação de políticas e estratégias que possam dar eficiência e eficácia ao Judiciário. “O conselho não pode se pautar por situações externas ou ter medo de críticas ou aplausos, mas também não pode admitir a indiferença”, ressaltou. Ele acrescentou que o sucesso ou in-

sucesso do órgão vai depender da capacidade de renúncia e lucidez de seus membros para exercer as funções da nação, e não um espaço para o individualismo.

O presidente do Supremo disse que a instalação do conselho significou a superação de divergências, fato que, em sua

avaliação, ocorrerá também em relação à crise política enfrentada pelo país. Jobim atribuiu aos senadores José Jorge e Edison Lobão o sucesso dos trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, para a aprovação do CNJ.

– Com a habilidade de legisladores natos, eles souberam fazer o processo andar.

Nesta terça-feira será instalado o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), às 14h, no auditório JK da Procuradoria Geral da República. O Senado foi responsável pela indicação de Alberto Cascais, advogado-geral da Casa, para compor o órgão.



Jobim (D), ao lado de Renan, afirma que pluralidade do conselho contribuirá para estratégias que vão garantir eficácia à Justiça

COMISSÕES

Videoconferência debate recriação da Sudene

Na quinta-feira, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) faz a sua reunião semanal no Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo – para debater a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), tomando por base projeto de lei do senador Antonio Carlos Magalhães

(PFL-BA), em tramitação na comissão. Será realizada uma videoconferência, com a participação de todas as assembleias legislativas dos estados do Nordeste, quando os deputados estaduais poderão tirar dúvidas e apresentar sugestões à proposta.

Antonio Carlos Magalhães abrirá a videoconferência, apresentando a proposta em detalhes. O presidente da CDR, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), observou que a troca de informações com os deputados nordestinos, em tempo real, é de fundamental importância para que o projeto seja aperfeiçoado. Ele adiantou ainda que as sugestões dos parlamentares estaduais poderão até ser transformadas em emendas ao projeto original que, segundo o senador, poderá ser votado pela comissão ainda neste primeiro semestre.



Leonel Pavan

Cristovam recebe relatório de Objetivos do Milênio

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e coordenador da Bancada do Milênio, senador Cristovam Buarque (PT-DF), recebeu na quinta-feira o relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para a América Latina e o Caribe. O documento apresenta uma análise preliminar dos compromissos assumidos há cinco anos por 189 países junto à Organização das Nações Unidas (ONU), entre os quais o Brasil, que devem ser cumpridos até 2015 como forma de promover a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento socioeconômico da região. O trabalho foi coordenado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). A reunião para a entrega do relatório, feita pelo coordenador residente da ONU no Brasil, Carlos Lopes, contou com a participação dos ministros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e da Cidades, Olívio Dutra, além da secretária-executiva adjunta da Cepal, Alicia Bárcena, e autoridades ligadas aos ministérios da Educação e da Saúde.

Para o senador Cristovam Buarque, o país avançou em relação às metas assumidas com a ONU há cinco anos, mas não na velocidade suficiente para se livrar da exclusão social até 2015.

Subcomissão do Senado discute situação de quilombo

A Subcomissão da Igualdade Racial e Inclusão realizou audiência pública na quinta-feira, em Porto Alegre, para discutir a ação de despejo contra o Quilombo Silva, localizado no bairro Três Figueiras, na capital gaúcha. O processo foi aberto no início do mês, por determinação do juiz da 13ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do sul.

No momento, a ação está suspensa por decisão judicial, para análise do pedido do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para que o processo seja remetido à instância federal.

As 12 famílias devem esperar cerca de 120 dias para que o Incra promova a titulação que garantirá sua permanência no local. O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado Dionilso Marcon, pediu à Justiça que não tome nenhuma decisão antes disso. Pela Constituição, os quilombos têm direito de posse da terra que ocupam.

Emocionada, Lígia Maria Silva, a residente mais velha do Quilombo Silva, afirmou que a terra em que mora é de propriedade de sua família, e que há 70 anos só havia mato no local, onde a única casa era a do seu avô, “que muito sofreu naquela terra”.

O senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da subcomissão, disse que o Quilombo Silva é um exemplo na luta pela garantia do direito de posse da terra para os 2.228 quilombos do país. Mão Santa (PMDB-PI) também participou da audiência.

Baixo preço do boi abala produtor



No Brasil, segundo maior país produtor de carne bovina, os pecuaristas amargam perdas constantes com a queda do valor da arroba do boi – atrelado em parte à variação cambial –, enquanto os consumidores assustam-se com os preços nas gôndolas.

Há dez anos, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade de São Paulo, registrava a arroba do boi em R\$ 54, o mesmo valor praticado no

último mês naquele estado.

De janeiro de 2003 a janeiro de 2005, o consumidor passou a desembolsar, a mais, 28,6% no quilo do cupim, 16% no de alcatra e 11,9% no de músculo, uma das carnes mais adquiridas pelas classes mais pobres. No mesmo período, o IPCA da carne subiu 15,2%, com queda de 3% da arroba.

Para debater os critérios de precificação da carne bovina no país, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reuniu, semana passada, representantes dos elos da

cadeia, em audiência pública requerida pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Segundo o presidente da CRA, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), é preciso haver equilíbrio entre o sistema de produção e a comercialização da carne, em que prevaleça a concorrência e a venda de produtos acessíveis.

Redução na rentabilidade

No estado de Mato Grosso do Sul, responsável por 50% das exportações de carne bovina e onde o rebanho chega

a 25 milhões de cabeças – quase a mesma quantidade da Austrália, primeiro país em exportação no critério preço –, a arroba do boi era vendida por R\$ 62 em novembro, mas chegou a ser comercializada a R\$ 48 na última semana.

Pecuarista na região, o presidente do Serviço de Informação da Carne (SIC), Carlos Viacava, aponta que o aumento da produção de carne no país, que deverá ultrapassar a marca de 8 milhões de toneladas este ano, enfrenta a forte concorrência da venda de aves, a instabilidade cambial e a elevação sucessiva do preço de insumos pecuários.

– O aumento do custo de produção, com margem estrangulada de rentabilidade, preocupa o produtor, que cada vez mais se aperfeiçoa e consegue abater hoje, por meio do progresso genético e do manejo da pecuária, boi de capim com apenas dois anos – relatou.

Nos últimos quatro anos, o consumo *per capita* de carne bovina manteve-se na margem dos 34 a 36 quilos por ano, mas chegou a 42 quilos em 1996. "Com a redução da renda, as pessoas têm dificuldade para aumentar o consumo da carne bovina. Em 1999, tivemos a redefinição



CÉLIO AZEVEDO

Sérgio Guerra defende equilíbrio entre sistemas de produção e comercialização

da agropecuária, mas agora estamos ameaçados de novo por essa política cambial desastrosa", reclama Viacava. Para estimular o consumo interno de carne bovina, o SIC lança a campanha com o lema "Você gosta, você pode e você precisa".

O coordenador-geral do Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte, Antenor Nogueira, expôs que, em 2004, houve aumento de 10% no custo de produção, contra 0,03% no preço da arroba. Para ele, perda de renda, falta de financiamento para o setor e concentração de indústrias frigoríficas formam gargalos no setor. Durante a audiência, foi sugerida a criação de uma Subcomissão Permanente para a Pecuária, no âmbito do colegiado.



MARCOS BERGAMASCO/SECOM-MT

Segundo maior criador de gado, país ainda não conseguiu espaço relevante no Primeiro Mundo

Brasil precisa ganhar melhores mercados

Apesar de exportar para 152 países, o Brasil participa de apenas 35% do mercado mundial de carne bovina. Isso porque os grandes importadores do produto brasileiro são, na maioria, nações em desenvolvimento ou subdesenvolvidas. O país encabeça a lista de exportação em toneladas, mas em valores perde a liderança para a Austrália, que domina mercados mais seletos. "Ainda não conseguimos ganhar espaço relevante em mercados como Japão, Coréia, México, Canadá e Estados Unidos. Para vender para a Europa, pagamos três euros por quilo de carne", informa o conselheiro da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), Miguel Russo. Apesar do controle sanitário, a ocorrência de casos isolados de aftosa resulta em falta de competitividade em preços internacionais, segundo Russo. A expectativa é que sejam exportados US\$ 3 bilhões este ano. Com a instabilidade cambial e a arroba atingindo entre US\$ 21 e US\$ 23, os preços tornam-se inviáveis para o mercado internacional, disse Russo.

Frigoríficos não repassam contribuição à Previdência

Pelo menos 80% das contribuições pagas pelo produtor rural à Previdência não chegam aos cofres públicos. O repasse deveria ser feito pelos frigoríficos, que fazem a cobrança. A situação foi relatada pelos auditores fiscais da Previdência Ronaldo Macedo e André Massaro, para os quais a falta de repasse, além da inadimplência e sonegação, são os principais problemas do setor frigorífico.

Com o abate de cerca de 40 milhões de bois por ano, pelo menos R\$ 20 deveriam ser recolhidos à Previdência por animal, totalizando R\$ 800 milhões. "Mas a arrecadação não tem passado dos R\$ 100 milhões. Como a lei diz que o frigorífico tem de cobrar

do produtor, entendemos, por meio de demonstrações contábeis auditadas, que algumas empresas não estão repassando o valor devido para a Previdência", disse Macedo.

A contribuição cobre os benefícios pagos aos produtores rurais e a seus empregados. A cobrança é feita nos frigoríficos, de acordo com Macedo, porque o governo não possui fiscais suficientes para auditar todas as propriedades rurais. A falta de repasse não tem sido registrada em outros setores.

Segundo o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), o Ministério da Previdência negocia com os frigoríficos uma forma de sanar o problema.

Consumidor quer preço menor e qualidade

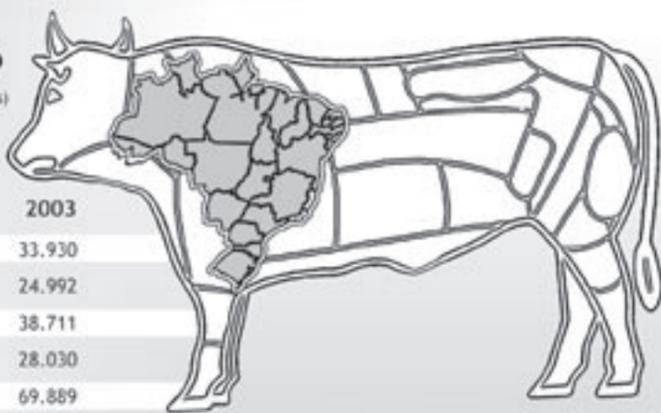
As carnes em geral representam 10% das vendas nos supermercados. Os preços dependem das praças de comercialização, mas, de acordo com a Associação Brasileira de Supermercados, o consumidor quer pagar menos e adquirir produto de qualidade.

Os que compram carne de vaca – em média 15% mais barata –, o fazem pelo preço. Já os que compram carne de boi preocupam-se com origem, tipo de criação, teor de gordura, maciez, cor e visual. O produto bovino tem 45% do mercado de carne nos supermercados, contra 36% do frango.

Para o presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, deputado estadual Paulo Corrêa (PL), é preciso haver novas avaliações dos custos nos supermercados. "O filé *mignon*, no meu estado, chega aos supermercados a R\$ 9 e sai a R\$ 16 o quilo. Há enorme diferença do valor cobrado pelo produtor até o que chega ao consumidor", afirmou.

Rebanho bovino brasileiro efetivo por região (Mil cabeças)

Regiões	1993	2003
Norte	17.067	33.930
Nordeste	22.527	24.992
Sudeste	37.627	38.711
Sul	25.727	28.030
Centro-Oeste	52.186	69.889
Brasil	155.134	195.552



Fonte: IBGE Pesquisa Pecuária Municipal (www.ibge.gov.br).

Principais países compradores da carne bovina brasileira

(Em US\$ dólares)

Discriminação	2004 (A)	Part. %	2003 (B)	Part. %	Var. % A/B
Carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada	1.963.065.617	2,03	1.154.508.640	1,58	70,03
Rússia	239.106.650	0,25	100.343.950	0,14	138,29
Países Baixos (Holanda)	213.870.740	0,22	144.252.565	0,20	48,26
Chile	198.937.685	0,21	158.871.807	0,22	25,22
Egito	161.852.602	0,17	92.760.703	0,13	74,48
Itália	134.999.294	0,14	76.180.078	0,10	77,21
Reino Unido	123.031.865	0,13	89.475.431	0,12	37,5

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

COMISSÕES

Municípios buscam rever dívida com a Previdência

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais, juntamente com o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Roberto Ziulkoski, esteve na terça-feira no Ministério da Previdência para apresentar ao ministro Romero Jucá documento com sugestões para a medida provisória que renegocia os débitos previdenciários dos municípios, a ser editada.

– A dívida é impagável e o governo está consciente disso. Mas não adianta achar que é impagável e produzir uma MP que não ouça a representação

dos municípios. O ministro Jucá está nos recebendo e a expectativa é que a MP seja editada até o fim deste mês ou no início de julho – disse.

A dívida compromete cerca de 15% do Fundo de Participação dos Municípios, a maior fonte de receita municipal. Garibaldi explicou que as negociações visam assegurar a cobrança das dívidas pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e não pela Selic. Também está sendo sugerido “um prazo mais elástico” que os 40 meses propostos: seriam oferecidos 240 meses para os municípios saldarem suas dívidas.

Garibaldi discute com ministro proposta para solucionar crise

De acordo com Garibaldi, as sugestões poderão amenizar a situação dos municípios sem previdência própria. Eles somam hoje uma dívida de R\$ 12 bilhões com a Previdência. Em 1997 eram R\$ 3,97 bilhões. Para o senador, os débitos previdenciários são hoje o maior problema dos municípios.

Em pronunciamento no Plenário do Senado, na quarta-feira, Garibaldi relatou a reunião no Ministério da Previdência. Ele destacou a afirmação de Jucá

de que já existem versões da MP na Casa Civil que resultaram de entendimentos com a CNM, a Subcomissão de Assuntos Municipais e o ministério.

Segundo o senador, o ministro garantiu estar tentando negociar junto ao governo uma solução para “esticar as condições de negociação, possibilitando que as prefeituras fiquem adimplentes”. Garibaldi Alves sugeriu que a União “repense a divisão do bolo tributário e dos recursos federais”.



Segundo Garibaldi (E), Jucá disse estar tentando a adoção de medidas “para que as prefeituras fiquem adimplentes”

Começa debate sobre plano para TV por assinatura

Cinco conselheiros da Comissão de TV por Assinatura, integrantes do Conselho de Comunicação Social, discutiram na quarta-feira o Plano Geral de Metas de Qualidade para os Serviços de Comunicação Eletrônica de Massa por Assinatura (PGMQ-SCEMa) encaminhado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A reunião foi presidida por Berenice Isabel Bezerra, coordenadora da comissão e representante da categoria profissional dos artistas. O conselheiro Daniel Koslowsky Herz, representante da categoria profissional dos jornalistas, foi designado relator da matéria, que será levada à votação do conselho na reunião do próximo dia 30. Os integrantes da Comissão de TV por Assinatura também participaram de reunião na Anatel para subsidiar definição de parecer sobre o plano.

Nome de José Bonifácio no Livro dos Heróis da Pátria

O nome de José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, poderá ser incluído no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra em exposição no Panteão da Liberdade e da Democracia, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. A decisão foi tomada pela Comissão de Educação (CE), ao aprovar o relatório do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável a projeto da deputada Telma de Souza (PLC 26/05). A matéria segue agora para votação em Plenário. O presidente da CE, Hélio Costa (PMDB-MG), anunciou que irá apresentar projeto sugerindo a inclusão também do nome de Joaquim Gonçalves Ledo no Livro dos Heróis da Pátria. Segundo o senador, Gonçalves Ledo é um brasileiro que precisa ser lembrado por ter exercido papel fundamental na luta pela independência do Brasil e, já na época, pela instalação da República.

Doação de livro poderá ser deduzida do IR

A Comissão de Educação (CE) aprovou projeto do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que permite deduzir, no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), a doação de livros a bibliotecas públicas. A proposta teve parecer favorável do senador Marco Maciel (PFL-PE) e será examinada, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), indo depois ao exame da Câmara, salvo se houver recurso para o Plenário.

A intenção de Saturnino com o PLS 27/05 é difundir o hábito da leitura, permitindo que quem paga Imposto de Renda colabore para isso. O presidente da CE, senador Hélio Costa (PMDB-MG), disse que o país precisa superar a falta de hábito de leitura. Romeu Tuma (PFL-SP) também apoiou a iniciativa e Marco Maciel destacou que a proposta permitirá ampliar o acervo das bibliotecas e escolas públicas.

O projeto de Saturnino permite a dedução de até 6% do imposto anual devido. São válidas para dedução as compras de livros feitas no ano-base da declaração e até a data-limite da entrega da declaração. Não se trata, com o projeto, de acordo com Saturnino, de aumentar a renúncia fiscal e, sim, de ampliar as alternativas de dedução. Tomando por base a arrecadação do IRPF em 2004, que ficou em R\$ 40 bilhões, Saturnino calcula que as bibliotecas



Proposta de Saturnino (de pé, falando com Hélio Costa) visa incentivar a leitura ampliando o acervo das bibliotecas públicas

poderiam receber, já em 2006, cerca de 30 milhões de novos livros, ao custo médio de R\$ 20 a unidade.

No caso de declararem doações, os contribuintes precisam guardar por cinco anos as notas fiscais correspondentes à aquisição dos livros doados e, por igual período, os recibos de doação que devem ser emitidos pelas bibliotecas.

Dívida pode ser usada como verba em educação

Hélio Costa contou ter participado, na semana passada, de encontro da ONU para discutir

formas de financiar o desenvolvimento de países do Terceiro Mundo. O parlamentar relatou ter defendido a proposta de converter parte da dívida externa brasileira em investimentos em educação.

Costa também quer a realização de uma auditoria no pagamento da dívida externa. O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) considerou a proposta “corajosa e oportuna”.

A CE aprovou ainda 24 projetos de decreto legislativo que autorizam ou renovam a concessão para funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

Direitos das crianças serão matéria escolar

Substitutivo do senador Cristovam Buarque (PT-DF) a projeto de Patrícia Saboya (sem partido-CE) foi aprovado pela Comissão de Educação. A proposta torna obrigatória a inclusão, nos currículos do ensino fundamental, de informações sobre os direitos das crianças e dos adolescentes. Por sugestão do senador José Jorge (PFL-PE), acolhida por unanimidade pelos membros da

comissão, a obrigatoriedade de inserção de tais conteúdos nos currículos escolares deverá fazer parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

O projeto prevê ainda a distribuição do Estatuto da Criança e do Adolescente, em versão ilustrada e simplificada, aos estudantes das escolas públicas de ensino fundamental. Todos os membros da CE aplaudiram a

iniciativa de Patrícia Saboya. Na prática, não se trata de criação de uma disciplina, mas sim de inclusão do conteúdo sobre os direitos das crianças e adolescentes em qualquer matéria escolar. Para Cristovam, a medida tem grande alcance social.

A decisão de incluir a proposta na LDB deverá ser referendada, em turno suplementar, em reunião da Comissão de Educação.

Recursos para pesquisa com células-tronco

Na quarta-feira, a Comissão de Educação aprovou relatório do senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) definindo as cinco emendas que a comissão tem direito a apresentar, destinadas a alterar as metas da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2006. Uma das principais emendas aprovadas, de autoria do relator, vai beneficiar 12 projetos científicos na área de biotecnologia, reservando recursos principalmente para a pesquisa com células-tronco.

Trata-se de uma novidade, sendo a primeira vez que o Legislativo destina recursos para esse tipo de pesquisa, já que a legislação permitindo testes com células-tronco só foi aprovada este ano. O presidente da CE, senador Hélio Costa, lamentou o pouco tempo – cerca



Emenda de Juvêncio da Fonseca, aprovada na CE, incentiva projetos científicos

de 24 horas – que a comissão teve para examinar as emendas. Ele destacou que as mudanças propostas poderão acarretar aumento na destinação de recursos.

Uma das propostas aprovadas, cujo autor é o presidente

da comissão, autoriza a instalação e modernização de 165 espaços culturais. A emenda visa beneficiar a construção ou a melhoria de espaços como bibliotecas, teatros e cinemas. Outra sugestão aprovada, também de Hélio Costa, trata da implantação de infra-estrutura para o desenvolvimento do esporte educacional.

Já a emenda do senador Paulo Paim (PT-RS), elaborada em conjunto com Juvêncio da Fonseca, vai possibilitar a modernização e recuperação de espaços esportivos em várias instituições federais.

Também as universidades federais deverão ser beneficiadas. Proposta de Hélio Costa e Gerson Camata (PMDB-ES) destina R\$ 12 milhões para interiorização de unidades de ensino.

PLENÁRIO



Senadores acolhem proposta que restringe atividade durante estudo para criar área de conservação

Aprovado projeto que limita desmatamento

A criação de novas unidades de conservação no país obedecerá a critérios mais rígidos para impedir a ação de grileiros de terras e de madeireiros ilegais. O projeto de lei de conversão (PLV 13/5) originado da Medida Provisória 239/05, aprovado na quarta-feira pelo Senado, estabelece limitações administrativas temporárias nessas áreas, dando prazo de sete meses para que o Ibama conclua os estudos necessários. O projeto do Executivo, já aprovado pela Câmara, terá força de lei após sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O projeto é um dos principais itens do chamado Pacote Verde, que o governo encaminhou ao Congresso, para coibir a ação de grileiros, em resposta ao assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, no Pará. Em vigor desde fevereiro, a MP modificou os critérios estabelecidos na lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), introduzindo as limitações administrativas temporárias não apenas na Amazônia, mas em todo o país.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), jus-

tificou a adoção da medida.

– Hoje, quando o governo anuncia a intenção de criar uma nova unidade de conservação, a área se torna alvo de agressões ao meio ambiente. Com o projeto aprovado, o Ibama poderá concluir o processo de criação da área protegida e ao mesmo tempo preservá-la – explicou. Mercadante lembrou que hoje só restam 7% de Mata Atlântica no país, 5% dos manguezais originais e 5% das florestas de araucárias.

Relator do projeto de conversão, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) manifestou-se favorável à proposta, que acabou aprovada com o apoio da bancada governista e da oposição, em votação nominal.

Durante a discussão do projeto em Plenário, alguns senadores, como Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), fizeram restrições à proposta.

– Considero a medida autoritária. Atividades econômicas, como a preparação da terra para o plantio, não podem ser interrompidas. Quem vai indenizar

o proprietário rural, em função das limitações impostas? – questionou.

Em sua crítica, o senador César Borges (PFL-BA) afirmou que, com a sua aprovação, o Senado daria “um cheque em branco” para o governo.

– A MP deveria ficar restrita ao Pará, em função da violência na região que culminou com o assassinato da irmã Dorothy – defendeu o senador. Na opinião de César Borges, a edição da MP “foi apressada e demagógica”.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), defendeu o projeto e reforçou a necessidade de a região ter um modelo de desenvolvimento sustentável.

– Não podemos colocar em risco este patrimônio da Humanidade – afirmou Virgílio.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) também ressaltou a importância do projeto, por representar “uma resposta às críticas que o Brasil vem recebendo no exterior” sobre a política adotada para a Amazônia.

Matéria integra Pacote Verde do governo federal para impedir ação de grileiros

Oposição consegue impedir votação da MP da Previc

O debate em torno da Medida Provisória 233/04, transformada no Projeto de Lei de Conversão 10/05, durou mais de cinco horas e resultou em obstrução por parte da oposição. Vários opositores consideraram a ocasião inoportuna para a criação da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (Previc), lembrando as denúncias de corrupção em estatais. Os governistas não conseguiram quórum para aprovar a MP.

O argumento utilizado pela oposição para impedir a votação da MP foi o fato de seu texto incluir a criação de 800 cargos, inclusive para ministérios sem relação com a Previdência. A criação da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (Tafic), embutida na medida, também foi alvo de críticas da oposição.

Os senadores José Jorge (PFL-PE), Mão Santa (PMDB-PI), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Reginaldo Duarte (PSDB-CE) criticaram o fato de a matéria ter sido enviada por meio de MP e não de projeto de lei. José Agripino (PFL-RN) propôs acordo para que a criação da Previc voltasse a tramitar na forma de projeto de lei. A proposta foi apoiada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Já os senadores César Borges (PFL-BA), Efraim Morais (PFL-

PB), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) classificaram a MP como “cabide de empregos”.

Uma possível intenção do governo de criar cargos para fortalecer os cofres do PT foi a justificativa de Leonel Pavan (PSDB-SC), Demostenes Torres (PFL-GO), Jorge Bornhausen (PFL-SC) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para defender a rejeição da matéria. Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) e Heloísa Helena (PSOL-AL) também encaminharam contra.

Faltando duas horas para o prazo final, a MP entrou em votação, mas os senadores do PFL, PSDB, PSOL e PDT deixaram o Plenário. O governo não conseguiu o quórum mínimo e a votação não pôde ser realizada.



Mão Santa: matéria deveria ter sido enviada por meio de projeto de lei e não de MP

Medidas provisórias perdem eficácia legal quando não votadas no prazo

A Medida Provisória 233/04 é a quarta que perde eficácia após a edição da Resolução nº 1 de 2002, que disciplina o assunto.

Em 2003, também não foi votada a MP 82/02, que dispunha sobre a transferência da União para os estados de parte da malha rodoviária sob jurisdição federal. No ano de 2004, foi a vez da MP 196/04, que abria crédito em favor de ministérios no valor de R\$ 86

milhões, e da MP 204/04, que oferecia ajuda humanitária ao Paraguai em virtude de incêndio ocorrido em Assunção.

Com a perda de eficácia da MP 233/04, o governo perdeu a chance de ver concretizada a Previc, autarquia destinada a fiscalizar os fundos previdenciários privados existentes no país. O Congresso pode votar decreto legislativo para regulamentar as relações jurídicas geradas pela medida.

Presidência



O presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, disse que o diálogo entre os Paramentos dos países é fundamental para que cada um entenda a dimensão, os anseios, as perspectivas dos outros. Ele fez o comentário ao saudar o presidente do Senado argentino e vice-presidente daquele país, Daniel Scioli, que, acompanhado de senadores, de deputados e do embaixador da Argentina no Brasil, Juan Pablo Lohle, visitou o Senado na quinta-feira. Scioli admitiu que há problemas quando os países alcançam maior nível de convivência, mas tudo pode ser resolvido quando há vontade política e confiança na integração.

Curtas

LEI DE HABITAÇÃO - Renan Calheiros participou na sexta-feira de solenidade em que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a lei que regulamenta o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - texto relatado no Senado pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ), também presente à solenidade.

ACRE - Na terça-feira, Renan Calheiros abriu a exposição “Semana do Acre - estado da florestania na Amazônia brasileira”, em que a história do estado é reconstituída. Estiveram presentes também os senadores Tião Viana (PT-AC), Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC), Sibá Machado (PT-AC), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e João Capiberibe (PSB-AP).

ÁFRICA - O presidente do Congo, Denis Sassou Nguesso, foi recebido por Renan Calheiros na terça-feira. A visita faz parte da política brasileira de intensificar relações diplomáticas, culturais e econômicas com países africanos. Também participaram do encontro os senadores Roberto Saturnino (PT-RJ), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Luiz Otávio (PMDB-PA).

CONTAS - Parecer prévio do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a prestação de contas do governo relativa a 2004 foi entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros, na quinta-feira. Segundo Adylson Motta, presidente do TCU, as contas foram aprovadas com 30 ressalvas. O parecer do TCU deverá ser lido no Plenário do Senado.

MEDIDA PROVISÓRIA

O senador Marco Maciel (PFL-PE) defendeu a aprovação do projeto do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que disciplina o uso de medidas provisórias. O senador manifestou sua preocupação com o fato de o Congresso estar com sua capacidade de legislar reduzida, em razão de a Câmara e o Senado terem constantemente suas pautas trancadas por conta da tramitação de MPs. Ele também sugeriu a realização de uma sessão do Senado para debater o assunto. Maciel também advertiu que a generalização na edição de MPs provocou violação no que determina a lei. O parlamentar citou medidas que infringiriam a legislação, entre elas a MP 220, que cria cargos em comissão no Executivo.

COMISSÕES



"É a cobiça nacional que está destruindo a região", afirma Jefferson Péres



Para Jonas Pinheiro, plantios de soja de Blairo Maggi são em áreas já desmatadas

Destruição da floresta motiva intenso debate

Após a exposição da ministra Marina Silva, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) comentou que não tem fundamento a "paranóia" de alguns segmentos do país, segundo os quais existiria uma cobiça dos países ricos em relação à Amazônia.

– O que existe é uma cobiça nacional que está destruindo a nossa região. Paradoxalmente, os estrangeiros não têm nada com isso – reagiu Jefferson, afirmando ainda que os 26.130 quilômetros quadrados desmatados no período 2003/2004 representam um "holocausto ecológico". Ao afirmar que "todos estão chocados com o processo de desmatamento da Amazônia", ele pediu empenho do governo na redução do problema e condenou as "manifestações triunfalistas" do governo anterior, quando as taxas chegaram a recuar, para depois crescerem de novo.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) defendeu o governador de seu estado, Blairo Maggi, diante dos números que colocam o Mato Grosso como responsável por 48% dos desmatamentos na Amazônia.

– O governador [que é o maior produtor de soja no mundo] está utilizando terrenos já desmatados em áreas de florestas de transição – justificou. O senador atribuiu a derrubada recorde de floresta no estado à medida provisória (MP 1.511/96) que aumentou de 50% para 80% as áreas que não podem ser exploradas em propriedades rurais na Amazônia. "Os produtores entendem que são áreas de cerrado e, por isso, não poderiam estar nas restrições da MP", afirmou.

A senadora Ana Júlia Carepa

(PT-PA) defendeu a manutenção do programa Safra Legal, por meio do qual pequenos produtores rurais do Pará foram autorizados a vender a madeira retirada de até três hectares de sua propriedade. Serys Silhesarenko (PT-MT), por sua vez, pediu ação coordenada do governo para evitar que grileiros continuem derrubando florestas ou queimando madeira apenas para simular uma ocupação que abra possibilidade de posse da terra.

O senador Antônio Leite (PMDB-MA) demonstrou preocupação com o andamento do processo de liberação de licença ambiental para a construção de uma usina hidrelétrica no rio Tocantins. Já o senador Flexa

Ribeiro (PSDB-PA) elogiou a aprovação, pela Assembleia Legislativa do Pará, do projeto de zoneamento econômico-ecológico do estado. Ele pediu apoio da ministra

a projeto de sua autoria que estimula o plantio de palmáceas como o dendê em áreas degradadas da Amazônia, para produção de energia.

Sibá Machado (PT-AC) quis saber da ministra do Meio Ambiente se seria possível o governo federal promover uma grande campanha para que os exportadores e os consumidores aceitassem somente madeira certificada. Marina informou que o montante de madeira certificada no Brasil ainda é muito pequeno para a dimensão do país, mas ressaltou que o índice vem crescendo a cada ano.

Na audiência, o senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu que pelo menos metade dos recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO) seja aplicado em empreendimentos social e ambientalmente viáveis.

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Sociais (CAS) para discutir o PLS 216/03, de autoria do senador Flávio Arns (PT-PR). O projeto estabelece contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, importados ou de fabricação nacional.

Langoni afirmou que o governo é contrário à importação de pneus usados

Marina: governo muda estruturas e combate corrupção

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, defendeu o governo federal das críticas sobre o aumento dos índices de desmatamento na Amazônia afirmando que a decisão foi a de "não fazer pirotecnia" em torno dos programas voltados para a região. A opção do governo, segundo a ministra, foi por uma política "estruturante", que envolve ações de diferentes áreas de governo, da sociedade civil e dos governos estaduais e municipais. Mesmo reconhecendo a gravidade dos desmatamentos, Marina disse que em estados como o Pará, Maranhão e Tocantins os índices diminuíram entre 2003/2004.

– Poderíamos ter adotado apenas medidas de comando e controle e decretado a moratória do corte de árvores na região, a exemplo dos governos anteriores, mas preferimos agir de forma diferente – declarou. Quando aceitou o convite para assumir o

ministério, Marina afirmou que sabia do desafio, pois "o que acontece na Amazônia repercute na vida do planeta".

A ministra participou, na quinta-feira, de audiência pública conjunta das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), sobre o aumento do desmatamento.

Ações articuladas para a sustentabilidade

O Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, expôs a ministra, envolve oito ministérios. "Trata-se de um programa diferente dos demais e que agora está sendo validado", explicou. Marina garantiu que os resultados da iniciativa, que propõe políticas públicas para a Amazônia com base no desenvolvimento sustentável, já começam a aparecer. Ela citou como exemplo a situação da BR-

163, no Pará, palco de conflitos envolvendo colonos, madeireiros e grileiros de terras.

– A situação poderia ficar difícil com o asfaltamento da rodovia. Por isso, o Ministério do Meio Ambiente se antecipou e avaliou a área de influência da estrada, que representa 25% da Amazônia, como de altíssimo impacto ambiental – informou a ministra. Ela explicou que estão em curso projetos de viabilidade econômica de uso sustentável, zoneamento ecológico-econômico e ordenamento fundiário. "É o desenvolvimento sustentável da região colocado em prática."

Sobre o combate ao desmatamento, informou, o governo decidiu "enfrentar a cadeia de corrupção que estava montada havia décadas na Amazônia". Os números, segundo ela, já mostram os resultados do trabalho: nos primeiros meses de 2005, a madeira ilegal apreendida já chegou a 53 mil metros cúbicos.



Ao lado de Quintanilha, presidente da CMA, Marina Silva explica as ações em curso na Amazônia

Satélite ajuda a localizar desmatamento

O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, admitiu que o desmatamento na Amazônia "vem crescendo ininterruptamente" e está sendo combatido por políticas afirmativas, dirigidas a cada situação específica. "Não podemos tratar a Amazônia como área homogênea", argumentou.

Para o secretário, um dos prin-

cipais instrumentos para ajudar nesse trabalho são as imagens de satélite que agora podem ser captadas em tempo real, e que já estão ajudando o Ibama a localizar as derrubadas ilegais de árvores. "Antes, recebíamos os dados defasados em até dois anos, o que dificultava uma ação antes que a destruição fosse maior", explicou.

Entre as principais medidas

para controlar os desmatamentos, Capobianco citou a necessidade de aproveitar 160 mil quilômetros quadrados de terras já desmatadas e que estão abandonadas.

– Trata-se de uma prioridade dirigir as atividades agrícolas para essas áreas – declarou. Para o secretário, a floresta "precisa gerar emprego e renda" e que, para isso, "é necessário investir em projetos sustentáveis".

Ministério condena importação de pneus usados

O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, Cláudio Langoni, alertou para a ameaça que os países em desenvolvimento enfrentam com a entrada em vigor, em 2006, de uma norma da União Européia que proíbe o descarte de pneus usados em aterros sanitários. Langoni participou, na semana passada, de audiência pública realizada conjuntamente pelas comissões do

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Sociais (CAS) para discutir o PLS 216/03, de autoria do senador Flávio Arns (PT-PR). O projeto estabelece contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, importados ou de fabricação nacional.

Langoni afirmou que o governo é contrário à importação de pneus usados

e defendeu que, caso o Brasil se decida por incentivar a remoldagem, deve fazê-lo em relação aos pneus produzidos no Brasil, para que não haja aumento do passivo ambiental. O governador do Paraná, Roberto Requião, defendeu a importação de pneus usados, mas disse ser contrário ao seu aproveitamento nos veículos devido às condições precárias das estradas brasileiras.

– Pneus usados devem ser utilizados pela indústria do petróleo e na fabricação de cimento – afirmou Requião. No Paraná, informou, o aproveitamento industrial de carcaças "eliminou a dengue".

Para o presidente da Associação de Fabricantes de Pneus (Abip), Francisco Simeão Rodrigues, o pneu importado e remoldado "vem conquistando o consumidor e ameaça fabricantes nacionais".

PLENÁRIO

Serys diz que Blairo Maggi deve se retratar

A senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) responsabilizou o governador Blairo Maggi pela falta de uma política de preservação ambiental em seu estado. Ela sugeriu que ele se retrate diante do país e do mundo pelo fato de Mato Grosso ser o responsável por 48% do desmatamento da Amazônia. Serys conclamou o governador a aceitar o convite para discutir o assunto na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Serys pediu que as madeiras que trabalham dentro da lei sejam poupadas, mas que as que estão operando de forma irregular sejam devidamente punidas.

Ana Júlia explica que madeira não tem nada de ilegal

São falsas as acusações de que a campanha eleitoral do PT à prefeitura de Belém, em 2004, foi financiada por grileiros, afirmou a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). Segundo ela, a empresa Precious Woods, uma das que contribuiu com a campanha, acusada de grilagem de terras, "exerce atividades de manejo florestal inteiramente legais". – Essa empresa contribuiu legalmente, como todas as outras aliás, com nossa campanha, com a "imensa" quantia de R\$ 10 mil. E isso jamais pautou a minha atuação aqui em relação ao combate à grilagem, ao combate firme ao trabalho escravo. Seja quem tenha contribuído para a campanha, se o faz com outro objetivo vai quebrar a cara – enfatizou a senadora.

Fátima Cleide destaca denúncias contra governador

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) comentou reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre o governador de Rondônia, Ivo Cassol, informando que a Polícia Federal teria um vídeo em que o governador aparece incentivando o garimpo ilegal de diamantes. Em outro trecho, caciques cintas-largas alertam Cassol de que poderia haver mortes em conflitos com garimpeiros. As imagens teriam sido gravadas sete meses antes do massacre de 29 garimpeiros na reserva Roosevelt, em 7 abril de 2004. – A fita foi gravada quando o governador pousou de helicóptero na reserva, sem autorização da Funai – declarou a senadora, lembrando que Cassol negou por diversas vezes ter feito essa visita.

Ideli destaca ações positivas do governo

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou a edição pelo presidente da República da chamada "MP do Bem", medida provisória de incentivo ao setor produtivo. Lembrando que, em tempos de turbulência política, "não se pode esquecer do mundo real", ela salientou que a iniciativa do governo mostra que "o país está andando, produzindo, realizando programas de governo importantes".

Segundo Ideli, a "MP do Bem" propõe a desoneração tributária de determinados setores produtivos do país, para dar sustentabilidade ao crescimento econômico. Com essas medidas, diz ela, o governo abre mão, neste ano, de R\$ 1,5 bilhão em arrecadação. Para o ano que vem, a renúncia fiscal será de R\$ 3,3 bilhões.

A parlamentar afirmou que a MP vai contemplar os investimentos voltados à exportação

e à inovação tecnológica, reduzir os tributos sobre os bens de capital (máquinas e equipamentos) e também alterar os prazos para o recolhimento de impostos. Ela ressaltou ainda outras medidas que beneficiam a construção civil, as micro e pequenas empresas e a comercialização de micro-computadores.

Ideli destacou também a sanção do primeiro projeto de iniciativa popular do país, o Fundo de Habitação Popular, "de fundamental importância, num contexto em que 87% da população que ganha até três salários mínimos não têm casa própria".

Na linha das ações para combater o déficit habitacional, a senadora adiantou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende implementar em breve



"MP do Bem" desonera tributação e estimula exportação, diz senadora

um programa de desoneração tributária para produtos da construção civil. A parlamentar foi apartada pelo senador Sibá Machado (PT-AC), que a cumprimentou pelo pronunciamento.

Projeto reduz dependência do gás natural

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) anunciou a apresentação de projeto de sua autoria que regula a exploração e comercialização do gás natural no Brasil, para reduzir a dependência externa do país daquele produto.

Tourinho argumentou que a Petrobras tem abandonado programas que incluem a oferta e comercialização de gás natural em função de programas mais rentáveis, envolvendo a utilização de petróleo.

Conforme o senador, a regula-

mentação do uso do gás natural resolveria grande parte do problema energético da Bahia e de outros estados do Nordeste, além da própria região Sudeste, que hoje importa quase 90% do gás usado na indústria. Tourinho teme que a atual crise institucional na Bolívia possa atrapalhar a execução do projeto do Gasoduto Brasil-Bolívia.

Tourinho esteve em Washing-



Rodolpho Tourinho

ton (EUA) para discutir com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento propostas de financiamento para o seu projeto, que inclui a construção de usinas termelétricas movidas a gás natural no Brasil. Ele também foi tentar rever a possibilidade de retomar os investimentos no Gasoduto Brasil-Bolívia.

Aelton critica corte nas verbas para as estradas

O senador Aelton Freitas (PL-MG) fez apelo à equipe econômica do governo para que não bloqueie as verbas orçamentárias do Ministério dos Transportes. Ao reforçar o pedido do Partido Liberal para que seja dado ao ministro Alfredo Nascimento as condições orçamentárias para a execução de reais melhorias de infraestrutura das rodovias, o senador disse que, sem os recursos, não há a menor condição de recuperar as estradas brasileiras.

– Os R\$ 6 bilhões previstos no Orçamento não poderiam ser afetados com decretos de contingenciamento. É importante que haja condições mínimas para o país revitalizar sua infraestrutura.



Aelton Freitas

Antônio Leite pede liberação para Estreito

O senador Antônio Leite (PMDB-MA) apelou às ministras de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e do Meio Ambiente, Marina Silva, para que deem atenção ao projeto da hidrelétrica de Estreito, no rio Tocantins, cuja construção deveria ter começado, mas que ainda depende de licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A hidrelétrica de Estreito é, talvez, o maior projeto de geração de energia da atualidade no Brasil, disse o senador, pois poderá gerar uma média anual de 5.145 gigawatt/hora, capacidade incorporada aos sistemas Norte/Nordeste e Norte/Sul/Sudeste por intermédio da rede básica do sistema interligado. A falta de sincronia entre o planejamento e a realização da obra, advertiu o parlamentar, desatualiza seus cronogramas e aumenta seus custos.

Patrícia diz que saiu do PPS sem direito a defesa

Em discurso emocionado e dirigido ao presidente Lula, a senadora Patrícia Saboya (CE) anunciou sua saída do PPS, afirmando que os dirigentes do partido agiram de maneira autoritária e arbitrária ao afastá-la. Ela recebeu a solidariedade de mais de 20 senadores, e o convite dos líderes para ingressar no PT, PSDB, PFL, PMDB e PSB. – Tudo aconteceu sem que o Comitê de Ética se pronunciasse a respeito da questão e sem que me fosse concedido o amplo direito de defesa – protestou a senadora, que não seguiu decisão de dezembro de 2004, quando o PPS decidiu abandonar a base do governo. – Não concordei e discuti. Acredito que este governo tem feito muito e fará muito mais.



Patrícia Saboya

Crivella exalta projeto de iniciativa popular

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) comemorou a sanção do presidente da República ao projeto de lei que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), na quinta-feira. Ele ressaltou que a proposta de iniciativa popular tramitou por 13 anos na Câmara dos Deputados e, no Senado, foi analisada em 45 dias. Crivella afirmou que o trabalho dos senadores foi destacado durante a cerimônia de criação do SNHIS.

– Não há mais nenhuma limitação para os projetos de iniciativa popular. O Senado teve a presteza de aprovar a matéria em 45 dias e eliminou a alegação de que o povo não pode ter iniciativa de propor leis em prerrogativas do presidente – assinalou o senador.

Eduardo Azeredo contesta dados sobre emprego citados por Lula

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) contestou dados apresentados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo os quais a média mensal de geração de empregos com carteira assinada no seu governo é 11 vezes maior do que na gestão de Fernando Henrique Cardoso – conforme Lula, de apenas 8 mil empregos mensais.

Azeredo citou dados do Ministério do Trabalho e do IBGE para assegurar que, "com qualquer dessas metodologias, os resultados são completamente distintos". No primeiro caso, a média mensal foi de 58,5 mil empregos; no segundo, ainda maior, de 120 mil.

Para ele, informar corretamente os cidadãos, sem trapaças, é um dever dos governos.

Hélio Costa quer auditoria da dívida externa

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) anunciou que apresentará requerimento pedindo a criação de uma comissão especial do Congresso Nacional destinada a auditar a dívida externa brasileira. Ele afirmou que o presidente do Senado, Renan Calheiros, seria favorável à criação da comissão.

Hélio Costa lembrou que defendeu a proposta durante a 4ª Reunião da Assembléia do Fórum Interparlamentar das Américas, na Organização das Nações Unidas (ONU). Ele utilizou dados de documento fornecido pelo Sindicato dos Auditores Fiscais do Brasil que indicam que o país teria pago US\$ 30 bilhões a mais do que devia nos últimos 15 anos, para argumentar a favor da proposta.

PLENÁRIO

Lobão apela para que governo aumente soldo dos militares

O senador Edison Lobão (PFL-MA) fez na sexta-feira, em Plenário, um apelo para que o governo federal cumpra a promessa de aumentar os soldos dos militares. Lobão lembrou que as esposas dos militares estão acampadas e sofrendo humilhações há dias em frente ao Palácio do Planalto, em movimento pelo aumento dos salários de seus maridos.

– O soldo dos militares brasileiros está entre os mais baixos do mundo. São apenas 300 mil militares em todo o país, divididos entre Marinha, Exército e Aeronáutica. Portanto, esse aumento não significaria grande coisa. O governo precisa restabelecer a justiça com que se deve tratar as Forças Armadas – afirmou.



Edison Lobão

O senador pediu que a categoria seja incluída entre as que poderão ter os salários vinculados ao teto de 90% do vencimento dos desembargadores, como prevê a proposta de emenda à Constituição que altera as regras da Previdência Social, a chamada PEC Paralela.

– Aos militares das Forças Armadas não se concedeu sequer o aumento prometido pelo presidente da República. Se vamos beneficiar outras categorias de policiais na PEC Paralela, não podemos deixar de atender também à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica – destacou.

Lobão considera inconcebível que militares precisem buscar outra fonte de renda “para manter suas famílias com dignidade”.

Heráclito alerta Lula sobre fraudes na Previ

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI), ao discursar em Plenário na sexta-feira, chamou a atenção do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre possível fraude envolvendo o desvio de R\$ 10 milhões da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ). O fundo de pensão, criado em 1904 pelos funcionários do banco, disponibiliza recursos para financiamento do setor produtivo brasileiro.

– Estão em jogo aposentadorias de milhões de brasileiros. As denúncias são de que o fundo teria tido prejuízo de R\$ 10 milhões em uma transação. Depois, o presidente Lula não venha dizer que não tinha conhecimento, pois quem está alertando é um senador da República – afirmou.

Heráclito lamentou ainda o fato de duas matérias sobre



FOTOS: CÉLIO AZEVEDO

Heráclito Fortes chamou a atenção do presidente sobre o possível desvio de R\$ 10 milhões no fundo de pensão

as denúncias de corrupção na Previ terem sido, segundo ele, censuradas na imprensa. O senador informou que somente depois de reclamações as reportagens foram publicadas.

Ele também disse que a indicação do senador Delcídio Amaral (PT-MS) para presidir

a CPI dos Correios, criada para apurar as denúncias de fraudes em licitações na estatal, teria sido feita pelo governo “com a intenção de queimar” o líder do PT no Senado. O próprio Delcídio – comentou – teria aceitado a incumbência como um presente de grego.

Mão Santa: sentido da Petrobras foi desvirtuado

O preço do botijão de gás de cozinha no Nordeste, atualmente em torno de R\$ 40, contribui para o desmatamento da região, pois a parcela mais pobre da população destrói a vegetação para a produção de fontes de energia, a exemplo do carvão. A afirmação foi feita em Plenário pelo senador Mão Santa (PMDB-PI).

– A Petrobras foi criada por Getúlio Vargas nos anos 50 sob o lema “O petróleo é nosso”, uma das campanhas mais bonitas que este país já viu. Hoje, a gente vê que o petróleo não é nosso. E a Petrobras é da sem-vergonhice e do descaramento. O preço do botijão de gás na Venezuela custa

o equivalente a R\$ 10. O preço do gás de cozinha no governo Lula não diminuiu nem para contribuir com o programa Fome Zero – opinou.

O senador também criticou os gastos da Petrobras com publicidade.

– O governo desvirtuou o sentido de criação da Petrobras. Os gastos com publicidade são enormes e servem para encarecer o petróleo brasileiro. Eu não tenho nada contra o presidente da empresa, José Eduardo Dutra, e também não sou contra a arte e a cultura, mas o governo é estruturado e tem o Ministério da Educação e o Ministério da

Cultura, entre outros, para cuidar da questão. A Petrobras faz uma farra com o dinheiro alheio e promove até festa de forró. E ainda falam em auto-suficiência na produção. Só se for a auto-suficiência em farras de convênios e contratos para a promoção dos políticos do PT – criticou.

Mão Santa condenou ainda o preço dos combustíveis.

– O dólar baixou de R\$ 4 para R\$ 2, mas os preços da gasolina e do óleo diesel não baixaram. Nos Estados Unidos, o preço do litro da gasolina é a metade do nosso. E lá tem governo que dá retorno do que é pago para a população – assinalou.

Crivella tenta repatriar brasileiros presos nos EUA

Marcelo Crivella (PL-RJ) anunciou viagem aos Estados Unidos na tentativa de repatriar brasileiros presos por imigração ilegal. Segundo o senador, atualmente há cerca de 18 mil brasileiros nessa situação, dos quais 2 mil são “meninas e meninos com idade abaixo dos 18 anos”. Há também registro de muitas crianças de colo, informou.

– Isso é um horror, uma loucura – protestou.

Maciel homenageia a escritora Nélida Piñon

O senador Marco Maciel (PFL-PE) homenageou, em discurso, a escritora Nélida Piñon, ganhadora do prêmio Príncipe de Astúrias das Letras de 2005.

– É a primeira escritora brasileira a ser agraciada com tal distinção – ressaltou.

O parlamentar lembrou ainda a passagem do Dia da Língua Portuguesa, comemorado no em 10 de junho.

Fecury assume mandato no lugar de Roseana

Em virtude de licença da senadora Roseana Sarney (PFL-MA), o senador suplente Mauro Fecury reassumiu na sexta-feira o mandato. O ex-deputado federal atuará na bancada do PMDB.

Mauro Fecury é engenheiro civil e entre 1977 e 1978 foi presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap). Fecury já foi prefeito de São Luís entre 1979 e 1980 e entre 1983 e 1985.

Projetos

Paim quer mudar Estatuto do Idoso

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto (PLS 169/05) que altera o Estatuto do Idoso, para que a aposentadoria de valor igual a um salário mínimo já concedida a um membro da família não seja computada no cálculo da renda familiar *per capita* a que a Lei Orgânica da Assistência Social se refere. Também propôs a concessão de adicional de periculosidade aos eletricitários, profissionais que lidam permanentemente com fios de alta tensão (PLS 170/05). Outra categoria que pode ser contemplada é a dos taxistas, caso seja aprovada proposição (PLS 175/05) apresentada pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO) e que regulamenta essa profissão.

Rigor contra falta de precaução

Pelo Código Penal, constitui crime causar desabamento ou desmoronamento, expondo a perigo a vida, a saúde ou o patrimônio de outros cidadãos. “Não há menção, contudo, à necessidade de que montagens, instalações e obras sejam preliminarmente licenciadas, nem de que a realização de eventos com afluxo importante de público dependa de prévia vistoria”, explica o senador Valmir Amaral (PP-DF), que apresentou proposição (PLS 157/05) para agravar as penas nos casos em que faltarem tais precauções.

Participação popular no Orçamento

De acordo com projeto de lei complementar (PLS 171/05) apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), os Poderes Executivo e Legislativo devem promover a participação da população e de suas entidades no processo orçamentário público federal, estadual e municipal, mediante a realização de audiências e o incentivo à iniciativa popular na apresentação de propostas. Simon explica que se trata da reapresentação de uma proposta de 1996, que acabou sendo arquivada.

Segurança máxima contra crime organizado

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) apresentou proposição (PLS 179/05) para criar o regime penitenciário de segurança máxima, um sistema disciplinar ao qual ficariam sujeitos os presos provisórios ou condenados envolvidos com organização criminosa. “O objetivo norteador dessa proposta é, por meio da inclusão desse criminoso num regime especial, romper, no interesse público, as suas ligações com sua organização”, explica o parlamentar.

Proibição para aproveitamento de amianto

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apresentou projeto (PLS 172/05) para proibir o aproveitamento das fibras de asbesto e amianto – causadoras de câncer e outras doenças, segundo o senador – na mineração e em produtos que as usem como matéria-prima, além de vedar o aproveitamento, sem regulamentação, de minérios e rochas que contenham silicatos hidratados.

Prazo para pedir aposentadoria rural pode ser ampliado

Proposta apresentada por César Borges (PFL-BA) prorroga até 30 de junho de 2009 o prazo para que o trabalhador rural possa requerer a aposentadoria por idade (PLS 173/05). Atualmente, essa data é até 25 de julho de 2006. É também do senador o projeto (PLS 184/05) para que os beneficiários do seguro-desemprego frequentem cursos de qualificação, adaptação, reciclagem profissional ou prestação de serviços voluntários.

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 11 e 24 de maio

PLENÁRIO

Suplicy cobra solidariedade a Fernando Morais

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento em Plenário pedindo um voto de solidariedade ao jornalista e escritor Fernando Morais, que teve seu livro *Na Toca dos Leões* apreendido por ordem judicial. O jornalista foi proibido, inclusive, de dar qualquer declaração sobre o assunto. O livro conta a história da W/Brasil, uma das maiores agências de propaganda do país, e fala do mundo da publicidade “sem maquiagem”, conforme Eduardo Suplicy.

Flexa Ribeiro critica intolerância do MST

Ao defender uma reforma agrária ordeira, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) denunciou a intolerância do Movimento dos Sem Terra (MST) e lamentou que o governo não tenha ainda realizado todos os assentamentos prometidos. Para o parlamentar, o MST, reconhecido pelo governo, não tem nenhuma legalidade. Na semana passada, duas rodovias federais foram fechadas no sudeste do Pará pelo MST em protesto contra o cumprimento de mandados de reintegração de posse expedidos pela Justiça.

Maria do Carmo defende os agentes de saúde

A precária situação dos cerca de 200 mil agentes comunitários de saúde foi denunciada pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). – O Ministério da Saúde deve enfrentar a questão da vinculação trabalhista desses profissionais, mas até o momento não conseguiu dar uma resposta nem mesmo diante do Ministério Público do Trabalho – afirmou. – Além disso, os mais de 200 mil agentes não podem perder seus empregos e suas funções sociais.

Sarney lembra centenário de Aduino Lúcio Cardoso

O senador José Sarney (PMDB-AP) lembrou o centenário de nascimento de Aduino Lúcio Cardoso, presidente da Câmara dos Deputados em 1966 e ministro do Supremo Tribunal Federal entre 1967 e 1971. Sarney ressaltou que Aduino, descrito como “uma fortaleza moral” e falecido em 1974, foi “um dos homens mais brilhantes” que já conheceu. O senador lembrou que Aduino Lúcio Cardoso apoiou o golpe militar de 1964, mas não hesitou em desafiar posteriormente os arbitrios cometidos por aquele regime.

Fátima Cleide celebra a chegada do Fundeb

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) comemorou, da tribuna, o envio à Câmara dos Deputados da proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico (Fundeb). A PEC, de autoria do Executivo, deverá substituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Fátima Cleide disse que a proposta é bandeira do PT há sete anos e manifestou seu contentamento com o envio da matéria ao Congresso, depois de “tantas audiências públicas e divergências entre a equipe econômica e o Ministério da Educação”.

– Só aguardo que os deputados e os senadores a aprovem, para satisfação de todos nesta Casa que crêem na educação como ferramenta transformadora da precária realidade em que vivem milhões de crianças e jovens brasileiros – destacou.

A senadora ressaltou que o Fundeb serve para atender não apenas ao ensino fundamental,

que hoje está praticamente universalizado (com 97% das crianças de sete a 14 anos matriculadas), já que, pela proposição enviada ao Congresso, alunos da educação infantil e do ensino médio também serão contemplados.

Ideli destaca outras iniciativas

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) também elogiou as iniciativas do governo federal na área educacional, além do Fundeb, que investirá na educação infantil, ensino médio e educação de jovens e adultos, ampliando o número de estudantes atendidos, de 30 milhões para 47 milhões, afirmou a senadora.

Ideli citou também a concessão de bolsas, de até R\$ 300 por mês, para os alunos do Programa Universidade para Todos (ProUni) que estudam em cursos de turno integral. Informou que o Programa de Educação Tutorial



Fátima Cleide: Fundeb é bandeira defendida pelo PT há sete anos

(PET) também vai ganhar um sistema de bolsas, para alunos e professores. Já o Escola de Fábrica concederá, a cerca de 11 mil estudantes, até R\$ 150 mensais para garantir a frequência dos alunos nas escolas profissionalizantes montadas no interior de empresas, sendo que 500 delas começarão a funcionar em julho, de acordo com a senadora.

Ideli elogiou ainda o Pró-Licenciatura e o Pró-Letramento, voltados para os professores.

Paim pede aprovação da PEC Paralela e mais justiça social

O senador Paulo Paim (PT-RS) fez um apelo pela aprovação da PEC Paralela da Previdência, que atenua os efeitos da reforma previdenciária, antes do recesso parlamentar de julho. O senador disse que já tem assinaturas suficientes para que a matéria vá a Plenário.

Paim também prestou homenagem à TV Senado pelo Prêmio Clara de Assis de Televisão, concedido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ao programa *Inclusão*, apresentado pela jornalista Solange Calmon. O programa, afirmou o senador, mostra a dura realidade do povo brasileiro.

– Milhões de brasileiros estão na sarjeta, marginalizados, não têm sequer casa e moram nas ruas, debaixo de pontes, nos lixões. É preciso fazer justiça social e defender a igualdade de direitos – disse o senador.

Paim lembrou de projeto de sua autoria que cria um programa nacional de inclusão da população de rua, capaz de proporcionar assistência e condições para a inclusão social e oportunidades de qualificação profissional a essa população.



Paulo Paim

Lobão chama atenção para incentivo à carteira assinada

O senador Edison Lobão (PFL-MA) pediu atenção especial dos demais senadores a projeto apresentado por ele que permite às pessoas físicas deduzir de seus rendimentos tributáveis, na declaração do Imposto de Renda, os valores pagos referentes a trabalhadores domésticos com os quais mantenham vínculo empregatício. Ele lembrou que um outro projeto seu, com o mesmo teor, chegou a ser aprovado no Senado em 1999, mas terminou arquivado pela Câmara dos Deputados no ano passado.

– A Câmara rejeitou sob o frágil e claramente equivocado argumento de sua suposta inadequação financeira e orçamentária. Aqui no Senado nosso entendimento foi outro. Após sucessivas discussões por onde foi examinada a proposição, concluiu-se que ela geraria número elevado de empregos, além de aumentar as arrecadações da Previdência Social e do FGTS – explicou Lobão.

Segundo o senador, em março de 2004 o então ministro do Trabalho, Jaques Wagner, disse que a possibilidade de criar deduções no Imposto de Renda para contribuinte que contratasse domésticos com carteira assinada já tinha sido discutida entre ele, o presidente da República e o ministro da Fazenda, e que a expectativa era que a proposta seria implantada.

Senadores exaltam 43 anos do Acre

Os 43 anos da transformação do território do Acre em estado foram comemorados em Plenário pelos senadores Sibá Machado (PT-AC) e Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC).

Mesquita Júnior lembrou que o Acre foi incorporado definitivamente ao Brasil em 17 de novembro de 1903, mas a elevação à categoria de estado aconteceu em 15 de junho de 1962.

O senador destacou os nomes de Plácido de Castro, José Guimard dos Santos, Jorge Kalume e de seu pai, Geraldo Mesquita, como figuras fundamentais da história do estado.

Sibá Machado assinalou que o estado é marcado pela consolidação das lutas sociais, com melhoria da qualidade de vida da população e das condições de educação e saúde.

– Podemos dizer, com orgulho, que o Acre é o estado que mais avançou nos últimos quatro anos em termos de educação – afirmou.

No aspecto político, lembrou o senador, houve a projeção nacional de representantes do estado, como o governador Jorge Viana, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o senador Tião Viana (PT-AC).

Valdir Raupp destaca importância das PPPs

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ressaltou a importância do mecanismo das parcerias público-privadas (PPPs) para a estratégia de desenvolvimento nacional, viabilizando o acesso a serviços públicos qualificados e baratos.

– Das parcerias depende, em grande parte, a solução para o estrangulamento de toda a infra-estrutura nacional de transporte, principalmente no que se refere ao escoamento da safra agrícola – defendeu Valdir Raupp.

Suassuna anuncia liberação de obras na BR-101

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) comemorou a liberação de cinco lotes de licitação para duplicação da rodovia federal BR-101 Norte, em trechos que cortam a Paraíba, Pernambuco e o Rio Grande do Norte. Para ele, a obra vai incentivar o turismo e impulsionar a economia regional. Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu a Suassuna que utilizasse seu prestígio para incluir os trechos que cortam a Bahia nas obras de duplicação da rodovia.

Tocantins ganha fábrica de cimento, diz Quintanilha

A futura implantação de uma fábrica de cimento do Grupo Votorantim no município de Xambioá (TO) foi registrada em Plenário pelo senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO). Segundo o senador, a fábrica, próxima à fronteira com o Pará, constituirá um marco de desenvolvimento para a região, uma vez que estimulará a criação de empregos e o surgimento de novas atividades econômicas, melhorando, portanto, a qualidade de vida das populações locais.

Lando reserva recursos para a Amazônia

O senador Amir Lando (PMDB-RO) apresentou emenda ao projeto que cria o Pólo Industrial de Manaus, em substituição à Zona Franca de Manaus, tornando obrigatória a destinação dos recursos arrecadados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) à Amazônia Ocidental. O projeto (PLS 218/03) é de autoria do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). A obrigatoriedade, explicou Lando, já está prevista pela Lei 9.970/00, mas isso não tem ocorrido.

Voz do Leitor

SUPLÊNCIA NO SENADO

“Sou contra o atual sistema de suplência no Senado, pelo qual os suplentes não precisam de votos para chegar ao cargo, pois quem recebe os votos é o titular. Seria mais justo que, em caso de afastamento de algum senador, assumisse o cargo o colocado seguinte nas eleições.”

Luis Hermínio da Silva Filho, de Concórdia (PA)

APOSENTADOS

“Senador Mão Santa, gostaria que o senhor falasse pelos aposentados, pois o aumento a eles concedido foi vergonhoso. Não é justo que quem paga tantos impostos receba um aumento irrisório e incompatível com a inflação.”

Mauro da Silva, de Varginha (MG)

ERRADICAÇÃO DA POBREZA

“Senador Leonel Pavan, estou satisfeito com a aprovação do Projeto de Lei 259/02, que destina 20% do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza para o atendimento de educação infantil em escolas públicas em turno integral.”

Valentim Antônio Santos de Lima, de Serra (ES)

CESTA BÁSICA

“Sugiro que nas cestas básicas doadas pelo governo seja incluída uma caixa de ovos.”

Paulo Evangelista da Cunha, de Barueri (SP)

CPI E MORALIDADE

“O Brasil já está cansado de tanto ouvir falar em CPI que

não deu em nada. O país precisa ser passado a limpo. Não temos nada contra esse ou aquele cidadão que está em um cargo público. O Brasil só gostaria de ver mais moralidade pública.”

Paulo Lélis Menezes, de Governador Valadares (MG)

PROSTITUIÇÃO

“Discordo da preocupação do Senado em discutir a inclusão da prostituição na Classificação Brasileira de Ocupações, como ‘profissionais do sexo’. Considero uma imoralidade incentivar esse tipo de crime.”

Jailson Alcides de Melo, de Gameleira (PE)

JORNADA DE TRABALHO

“Gostaria que fossem divulgadas estatísticas relativas à criação de postos de trabalho e à melhoria de produtividade, em casos de redução de jornada de trabalho. Isso porque, segundo tenho lido, a redução de jornada nos países desenvolvidos é paga pelos trabalhadores dos países ditos emergentes (ou, genericamente, pobres), como consequência da atual divisão internacional do trabalho. Por outro lado, também vi em jornais que haveria uma pressão dos empresários dos países desenvolvidos para aumentar a carga de trabalho em seus países. Creio que um consenso sobre a questão do impacto que essa medida, caso venha a ser tomada, poderá ter sobre o custo Brasil somente será possível na medida em que se tiver acesso a informações precisas, como dados estatísticos.”

Ana Cecília M. de Souza, de Natal (RN)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

CONSELHEIRO TUTELAR

Júlio César Ribeiro Souza, de São Domingos (MA)

“Senadora Patrícia Saboya, sou conselheiro tutelar e gostaria de saber se há algum projeto para que os conselheiros tutelares, ao terminarem o mandato de três ou seis anos, obtenham algum tipo de direito.”

A senadora Patrícia Saboya (sem partido-CE) responde:

Prezado Júlio César, o papel dos conselheiros tutelares é de extrema importância na luta pelos direitos da população infanto-juvenil. Vocês são verdadeiros anjos da guarda de nossos meninos e meninas – sempre dispostos a defender a causa da infância e da adolescência. Há vários projetos de lei tramitando no Senado e na Câmara que dizem respeito à função dos conselheiros tutelares. Como coordenadora da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente no Senado, venho acompanhando a tramitação dessas proposições. Saiba que nós, parlamentares da frente, estaremos unidos em torno da defesa daqueles projetos capazes de assegurar melhores condições de trabalho aos conselheiros tutelares de todo o país.



BENEFÍCIOS

Teresinha de Andrade, de Alvorada (RS)

“Senador Paulo Paim, uma mãe tem o direito de receber o PIS e o Fundo de Garantia do filho já falecido, que não tinha filhos e nem esposa?”

O senador Paulo Paim (PT-RS) responde:

Cara Teresinha, para receber a pensão do INSS, essa mãe deverá comprovar, com documentos, que dependia economicamente do seu filho. Com a carta da concessão do benefício, ela poderá solicitar o saque do PIS e do FGTS. Caso o pedido de pensão seja indeferido, será necessário requerer um alvará judicial, por meio de um advogado ou da defensoria pública. Para mais esclarecimentos, sugiro que procure uma agência do INSS ou ligue para a Ouvidoria Geral da Previdência (0800-780191).



TELEFONIA

Jobson Melo dos Santos, de Cedro de São João (SE)

“Senador Almeida Lima, como está a tramitação do PLS 91/04, que trata do fim de assinatura básica dos serviços de telefonia? Quando será a votação?”

O senador Almeida Lima (PSDB-SE) responde:

Prezado senhor Jobson, o projeto está na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e tem como relator o senador Delcídio Amaral (PT-MS) desde abril de 2004. Até o momento não há previsão para o retorno do relatório. Pelo assunto, pode-se depreender a polêmica que irá suscitar quando for a Plenário. De qualquer forma, está havendo grande empenho para que o projeto entre o mais rápido possível em pauta, haja vista o seu apelo social.



Frases

“Ele voltará para defender sua honra, sua história, assim como a história do PT, e estará sempre ligado a este governo”

Ideli Salvatti, manifestando solidariedade a José Dirceu, que entregou o cargo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“O PSDB não vai liderar nenhum movimento pró-impeachment. O que queremos é que Lula cumpra os compromissos da campanha e as promessas desrespeitadas”

Alvaro Dias, protestando contra a insistência da base aliada em afirmar que o PSDB deseja o impeachment.

“Esse susto que foi dado só nos dará mais força para garantir a isenção das investigações”

José Agripino, sobre a derrota da chapa da oposição para a base governista na escolha do comando da CPI dos Correios.

“Lula trabalhou nos bastidores por uma CPI chapa-branca”

José Jorge, sobre a escolha do senador Delcídio Amaral para a presidência da CPI dos Correios.

“Descobri que fui afastada pelo site do partido. Eu entrei de cabeça erguida no PPS e quero sair de cabeça erguida”

Patrícia Saboya, anunciando sua saída do PPS. O partido cancelou a filiação da senadora, que não concordou com a decisão partidária de abandonar a base governista.

“José Dirceu jogou um cesto de pedras para cima e esqueceu de sair de baixo”

Pedro Simon, para quem a saída de José Dirceu é a primeira providência concreta e positiva do governo no sentido de resolver a crise política.

“Aquilo me deixou com uma pulga atrás da orelha”

Arthur Virgílio, dizendo que, ao ver a despedida e o discurso de José Dirceu, teve o sentimento de que ali estava um “presidente renunciante e não um ministro demissionário”.

“Foi um vacilo, mas por absoluta falta de experiência”

Delcídio Amaral, sobre o fato de a primeira reunião de trabalho da CPI dos Correios ter sido realizada em uma sala da liderança do PT.

Foto da Semana

Funcionários e visitantes se aglomeraram diante de telão do Congresso Nacional, na última terça-feira, para assistir ao depoimento do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Jefferson fora convocado a explicar denúncias, feitas por ele ao jornal *Folha de S. Paulo*, de que deputados do PP e PL recebiam R\$ 30 mil por mês do PT - o chamado “mensalão” - para votar a favor de projetos de interesse do governo



SALU PARENTE/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Homenagem a Maria Bethânia

Maria Bethânia é a homenageada do *Música do Brasil* que a Rádio Senado apresenta no sábado, às 16h. Com 50 anos de carreira, a intérprete tem se concentrado no aprimoramento de seu canto. Em 2003, lançou o álbum *Brasileirinho*, com canções adaptadas de poemas de Mário de Andrade, além de composições de Caetano Veloso e Gilberto Gil, entre outras.

Na programação musical há ainda o *Escala Brasileira*, que entrevista o compositor e intérprete David Duarte, na quinta-feira, às 23h. O músico cearense já lançou dois CDs: *Dentro do sonho* e *Palavra música*. Atualmente, sua banda viaja com o espetáculo *Gírias do Norte*, com direção de Adriana Gouveia. O repertório é baseado na apresentação do festival Ceará Music e nas comemorações dos



Música do Brasil destaca o trabalho da intérprete Maria Bethânia

50 anos de *rock*. Para isso, explica o músico, “nada melhor do que usar como tema um dos maiores cantores da música brasileira: Cazuza”.

Sua carreira começou nos anos 80, quando se apresentava em Fortaleza. David se mudou para São Paulo, onde integrou o Grupo Lótus e estreitou o contato com a música popular no grupo vocal Canto a Canto, além de participar

da abertura de *shows* de artistas como Maria Rita e Jorge Vercilo.

Reforma política no centro do debate

O programa *Conexão Senado*, apresentado na segunda às 12h, retoma a discussão da reforma política. O tema volta à pauta em função das denúncias de pagamento de mesadas a parlamentares em troca de apoio polí-

tico, o “mensalão”, e de fraudes em estatais, como os Correios e o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a mudança nas regras partidárias poderá propiciar maior transparência nas relações entre eleitorado e seus representantes. Os líderes se comprometeram a votar as propostas que tramitam na Comissão de Justiça da Câmara.

O ouvinte pode participar pelo telefone (61) 311-1261, pelo fax (61) 311-2777 ou pelo *e-mail*, escrevendo para o endereço conexao@senado.gov.br.

Outro destaque da Rádio Senado é *Autores e Livros*, no domingo, às 9h, com texto do poeta Cruz e Sousa sobre a noite de São João, que revela a singela faceta do precursor do simbolismo na literatura.

ARI GOMES/BISCOTTO FINO

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

RESENHA

Primeira expedição técnica descobre a linha do Equador

ALEXANDRE GUIMARÃES

Charles-Marie de La Condamine, membro da Academia das Ciências, partiu da França em 16 de maio de 1735. Era o relator dos trabalhos da primeira expedição para medir os graus terrestres a partir dos paralelos. *Viagem na América Meridional Descendo o Rio das Amazonas*, da coleção *O Brasil Visto por Estrangeiros*, é uma das três obras sobre a viagem.

La Condamine narra o trecho da expedição entre Tarqui, Peru, de onde partiu em 11 de maio de 1743, a Paramaribo, Suriname, onde ficou até 30 de novembro de 1744. Nos cinco países por que passou, inclusive Equador, Brasil e Guiana Francesa, realiza medições geométricas, elabora cartas topográficas e mapas da região do rio Amazonas.

Deve-se ao autor a descoberta de que a linha do Equador não corta Belém do Pará, como se acreditava. Seus estudos constataram que a capital do Pará está a pouco mais de um grau de latitude sul.

Não faltam à obra descrições da fauna e da flora amazônica. Também impressiona a narração das lendas da região



Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Viagem na América Meridional Descendo o Rio das Amazonas* é editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado. Informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 311-4755.

– mãe-d'água, curupira, entre outras –, aliadas aos mitos trazidos pelos europeus, como o das amazonas, guerreiras que o primeiro aventureiro do Amazonas, Francisco d'Orellana, dizia ter encontrado.

Outra boa curiosidade trazida à baila por La Condamine é a medicina indígena. A descrição e o uso de diversas plantas para a cura das mais variadas doenças estão em toda a obra. Surpreende o autor e o leitor o uso, por missionários carmelitas, de vacinas contra a varíola nos índios ainda não atingidos pelo mal.

A leitura de *Viagem* instiga pelas curiosidades sobre uma região pouco explorada em meados do século 18.

SENADO

Fórum põe em debate grandes temas nacionais

Com o intuito de ampliar os debates sobre grandes temas nacionais e aumentar o intercâmbio entre o Legislativo e a sociedade brasileira, será aberto no dia 28 de junho, no auditório do Interlegis, o fórum "Senado Debate Brasil". O evento pautará discussões sobre os quadros político, econômico e social, e as expectativas dos diversos setores.

A primeira reunião, que abordará o tema "Transporte: entaves e perspectivas", terá a participação de representantes do Ministério dos Transportes, do Tesouro Nacional, da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, entre



MARCOS BERGAMASCO/SECOM-NT

Pauta da primeira reunião inclui debate sobre entaves aos transportes, com destaque para a precariedade das rodovias

outros especialistas e consultores do Senado.

– Espera-se que a qualidade das discussões traga subsídios adicionais aos esforços dos senadores e das comissões, no âmbito da construção de mode-

los e alternativas que viabilizem uma agenda para o país – disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

As inscrições devem ser feitas pela *homepage* do Interlegis (www.interlegis.com.br).

Treinamento para Censo do Legislativo

Cerca de 60 recenseadores dos estados do Rio Grande do Sul, Amapá, Mato Grosso e Paraíba terminaram a terceira etapa de treinamento para o 1º Censo do Legislativo. A cargo da Secretaria Especial do Programa Interlegis, o levantamento vai possibilitar, pela primeira vez na história do país, o acesso a informações sobre o quadro geral de funcionamento do Poder Legislativo no Brasil.

Segundo Telma Venturelli, coordenadora de pesquisa do Programa Interlegis, os recenseadores foram treinados para executar um pré-teste do Censo Parlamentar, em cerca de 2 mil municípios brasileiros. A prévia do resultado será divulgada em setembro e os dados finais em novembro.

Livro reúne discursos de Pinheiro Machado

No lançamento do livro *Discursos do Senador Pinheiro Machado*, na quarta-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou a importância do protagonista da obra na história política nacional, "à época em que as figuras eram mais importantes que as instituições".

– Pinheiro Machado foi o homem mais forte da República Velha. Parabenizo Simon [senador Pedro Simon – PMDB-RS] pelo trabalho de organizar e analisar os seus discursos nesta obra. É uma honra para a Casa publicá-la – disse Renan.

Por sua vez, Simon enfatizou que Pinheiro só usava da palavra em último caso, em momentos sensíveis da nacionalidade. A solenidade, no Salão Nobre do Senado, foi aberta pelo bisneto-sobrinho de Pinheiro Machado, o advogado e jornalista José Antonio Gomes Pinheiro Machado. O prefácio da obra é do senador José Sarney (PMDB-AP).

Conheça o Senado

Divórcio: iniciativa do Senado que mudou costumes

Em junho de 1977, o Congresso aprovou, em segundo turno, a emenda constitucional que instituiu o divórcio, durante uma sessão conturbada, precedida de especulações tanto dos parlamentares favoráveis quanto dos antídorcionistas.

Foram apenas 14 votos a mais do que o necessário. A votação histórica coroou a luta de 26 anos do senador Nelson Carneiro (MDB-RJ), autor da proposta, que teve a co-autoria do senador Acioy Filho (Arena-PR). Até então, o que a lei permitia era o desquite, que, entretanto, impedia homens e mulheres de se casarem de novo.

Durante o primeiro turno da votação, que começou pela manhã e só foi encer-

rado na madrugada seguinte, o debate teve momentos tão tensos que deputados antídorcionistas bradavam que "a desquitada é uma mulher cantável", "divórcio é fabricação de menores abandonados".

A emenda, aprovada na ditadura militar, buscava ajustar a legislação à realidade do país, como defendia Nelson Carneiro. Setores mais conservadores, especialmente a Igreja Católica, consideraram a iniciativa uma "transgressão às leis divinas e humanas".

Após a mudança na Constituição, os parlamentares aprovaram a Lei do Divórcio, sancionada em dezembro do mesmo ano. Entre as inovações, a lei tornou facultativa a adoção do nome do



CEDI/CAMARA DEPUTADOS

Aprovação do divórcio coroou a luta de 26 anos do senador Nelson Carneiro (D)

marido pela mulher.

Apesar de ter chocado muita gente, a legalização do divórcio não provocou uma corrida de casais às varas de família para pôr fim ao casamento. O grande número de ações de divórcio registradas nos primeiros anos é devido aos casais que já não estavam juntos e aguardavam

a lei para regularizar suas relações.

– A Lei do Divórcio teve um efeito benéfico para a sociedade porque regularizou a situação dos casais que viviam à margem da lei, legalizou os filhos oriundos dessas uniões e, ao contrário do que esperavam, não destruiu a família – comemorou Nelson Carneiro.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 311-3333

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Paula Pimenta e Suely Bastos

Reportagem: Cintia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici

Schwengber (61) 311-1620

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich (61) 311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 311-1151

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Balões: ameaça que vem do céu

Os meses de junho e julho são sinônimos de festas juninas. Tradicionais em nossa cultura, as comemorações ainda são associadas à lamentável prática de soltar balões de ar quente não tripulados, os balões juninos. O que muita gente não sabe é que, ao fazer isso, está cometendo crime ambiental, su-

jeito a detenção e multa. Os balões podem causar sérios danos ao meio ambiente e provocar acidentes. Apesar dos perigos, existem associações e sites que incentivam esse tipo de atividade criminosa.

Hoje em dia, esses artefatos apresentam dimensões cada vez maiores, ultrapassando 40 metros de altura e pesando mais de

100 quilos. Só em 2002, foram recolhidos 44 balões no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, e 40 no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Além disso, de 1997 a 2002, o Parque Nacional da Tijuca teve 93 hectares destruídos por incêndios provocados por balões, segundo o Prev-Fogo, do Ibama. Denúncias contra essa prática

devem ser feitas às autoridades policiais ou pelos disque-denúncias.

Este *Especial Cidadania* traz também os perigos da queima de fogos de artifício. Usá-los requer atenção e responsabilidade. Os explosivos são perigosos e podem provocar queimaduras, amputação e até cegueira.

Arame, papel e bucha. Depois, prejuízos

Os balões juninos são perigosos porque não podem ser controlados. Basicamente, eles são feitos de armação de arame, bambu ou ferro encapada com papel, levando internamente uma tocha ou bucha para esquentar o ar dentro do balão e fazê-lo subir. Muitos levam

ainda bandeiras, enfeites ou até mesmo fogos de artifício em suas caudas. Dependendo da sua estrutura e das condições atmosféricas, os balões podem alcançar grandes distâncias e altitudes. Quando caem, os prejuízos podem ser incalculáveis.

Veja os riscos

► **Aeronaves:** os balões flutuam nas altitudes mais utilizadas pela aviação. Segundo o Departamento de Aviação Civil, a colisão de um balão de 20 quilos com um avião a 150 nós (280 km/h) corresponde a um impacto de 4,05 toneladas. Balões menores podem atingir as turbinas das aeronaves durante o pouso ou a decolagem provocando sua queda ou danos ao aparelho. Os balões não são detectados por radares.

► **Incêndios florestais:** o perigo é maior durante os meses de junho e julho, quando é tempo de estiagem. O clima

seco favorece a propagação do fogo e, conseqüentemente, os incêndios florestais. As florestas urbanas são as mais atingidas.

► **Incêndios em áreas urbanas:** pólos petroquímicos, refinarias de petróleo e depósitos de combustíveis são mais vulneráveis. Mesmo sem tocar nos dutos e demais instalações, os balões podem provocar explosões em pleno ar, pela presença de gases inflamáveis.

► **Interrupção no fornecimento de energia elétrica:** a rede pode ser danificada pela queda de balões nas linhas de transmissão ou em subestações.



Vila Matilde, São Paulo, 2002: incêndio causado por queda de balão em depósito comercial

JOSE PATRICIO/FOLHA IMAGEM

Com fogos, todo cuidado é pouco

Queimaduras, mutilações, cegueira, problemas auditivos. Se não forem usados com atenção e responsabilidade, os fogos de artifício podem

causar acidentes e provocar sérios problemas de saúde. Abaixo, dicas do Corpo de Bombeiros do DF por ocasião da compra e uso dos produtos.

► Não compre fogos em estabelecimentos clandestinos ou de ambulantes. Só adquira produtos que contenham, na embalagem, instruções claras sobre as características e formas de manuseio do material. Exija sempre nota fiscal.

► Siga rigorosamente as orientações de armazenamento, transporte e uso.

► Não solte fogos a partir de lugares fechados, como carros ou residências, ou perto de hospitais, sob copas de árvores ou fiações elétricas. Dê preferência para áreas amplas e sem vegetação. Nunca atire fogos na direção ou perto de pessoas.

► Nunca tente reutilizar os fogos que tenham falhado.

► Nunca transporte fogos em sua bagagem ou em bolsos.

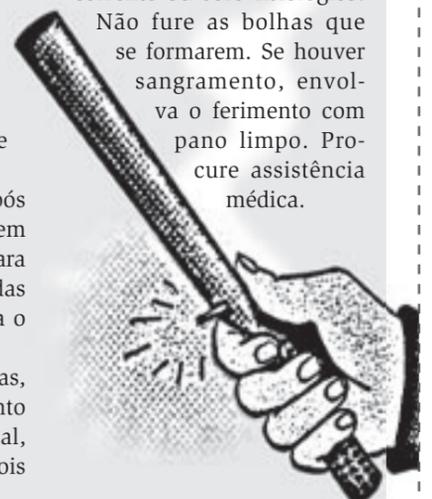
► Nunca faça experiências, modifique ou tente fazer seus próprios fogos de artifício.

► Nunca utilize fogos após ingerir bebidas alcoólicas nem entregue esses dispositivos para crianças, pessoas alcoolizadas ou pessoas inabilitadas para o uso.

► Em caso de queimaduras, não coloque sobre o ferimento misturas como creme dental, manteiga ou clara de ovo, pois

podem provocar infecções. Hidrate o ferimento com água corrente ou soro fisiológico.

Não fure as bolhas que se formarem. Se houver sangramento, envolva o ferimento com pano limpo. Procure assistência médica.



Informações

Corpo de Bombeiros: 193

Exército
Tels.: (61) 415-5751 e 415-5843
www.exercito.gov.br

Força Aérea Brasileira
Tel.: (61) 329-9700
www.fab.mil.br

Departamento de Aviação Civil (DAC)
Tels.: (21) 3814-6700 e 3814-6910
www.dac.gov.br

Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa)
Tel.: (61) 364-8800
www.cenipa.aer.mil.br

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
Linha Verde: 0800 61-8080 para denúncias contra o meio ambiente (8h às 19h, segunda a sexta-feira)
www.ibama.gov.br

O que diz a legislação

Balões - A legislação brasileira proíbe a fabricação, a venda, o transporte e a soltura de balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano. A pena para esse crime é de detenção de um a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente, conforme a Lei de Crimes Ambientais (9.605/98) e o Decreto 3.179/99, que a regulamentou. Incorre ainda na mesma pena quem, de alguma forma, concorre para

a prática do crime ou deixa de impedir ou evitá-la.

O perigo imposto pelos balões às aeronaves não é citado na lei, mas o Código Penal prevê, em seu artigo 261, detenção de seis meses a dois anos para quem expuser a perigo embarcação ou aeronave, ou praticar qualquer ato tendente a impedir ou dificultar navegação marítima, fluvial ou aérea.

Fogos e explosivos - A fabricação e a venda de fogos de artifício e pirotécnicos são disci-

plinadas pelo Exército Brasileiro, por meio do Regulamento para Fiscalização de Produtos Controlados (R-105), aprovado pelo Decreto 3.665, de 20 de novembro de 2000. Segundo informou a assessoria de imprensa do Exército, devem ser publicadas novas portarias para proibir o comércio varejista de fogos "profissionais", utilizados em espetáculos pirotécnicos, para um maior controle técnico das características desses artefatos. De acordo com a norma, os fogos de artifício são classificados em

A, B, C, e D, conforme o poder de queima e explosão.

As classes C e D só podem ser vendidas para maiores de 18 anos e esta última só é permitida para peritos, mediante autorização para queima. Denúncias de venda ou uso irregular de fogos devem ser dirigidas às autoridades policiais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) proíbe a venda, a criança ou a adolescente, de armas, munições e explosivos e fogos de estampido e de artifício, exceto os que, pelo

seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar dano físico em caso de utilização indevida. A pena para quem descumprir a lei é de detenção de seis meses a dois anos, e multa (artigos 81, 242 e 244).

Pelo Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), a pena por expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem mediante explosão, arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos, é de reclusão de três a seis anos, além de multa.